

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO SILVEIRA ROSSETIN

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E DIREITO À MEMÓRIA NO BRASIL: DA ANISTIA
COMO ESQUECIMENTO À FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DA VERDADE

CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

CURSO DE DIREITO

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E DIREITO A MEMÓRIA NO BRASIL: DA ANISTIA
COMO ESQUECIMENTO À FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DA VERDADE

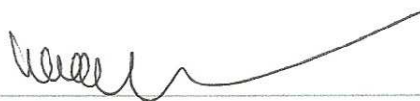
Monografia elaborada por Marcelo Silveira
Rossetin sob orientação da Profª Drª Vera
Karam de Chueiri para a obtenção dos
créditos da disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso DIR403.

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELO SILVEIRA ROSSETIN

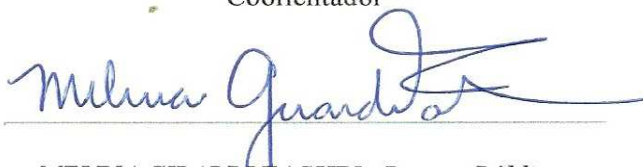
JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E DIREITO A MEMÓRIA NO BRASIL: DA ANISTIA COMO ESQUECIMENTO À FORMAÇÃO DAS COMISSÕES DA VERDADE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



VERA KARAM DE CHUEIRI
Orientador

Coorientador



MELINA GIRARDI FACHIN - Direito Público
Primeiro Membro



KÁTIA KOZICKI
Segundo Membro

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo compreender as dimensões do direito à memória no Brasil, bem como contextualizar essa demanda no campo dos direitos humanos, quer por ter relação direta com a dignidade da pessoa humana, quer porque é condição essencial para a consolidação e desenvolvimento da efetiva participação popular na democracia brasileira. Para isso, será indispensável fazer um levantamento histórico do surgimento de regimes totalitários ao longo do século XX, sobretudo no período anterior à segunda guerra, quando o fenômeno ganhou maior destaque. Em seguida será realizado um estudo sobre o contexto específico do Cone Sul da América do Sul, onde vários golpes militares ocorreram, sobretudo, a partir da década de 1960. O direito à memória será conceituado a partir dessas experiências de transição democrática, as quais estavam envolvidas num contexto mais amplo que será denominado a terceira onda de democratizações. Após será estudado como foi construído, ou desconstruído, o espaço reservado ao direito à memória no Brasil, que só retornará à agenda pública a partir do começo do século XXI. Esse estudo pretende analisar como foi esse percurso até a formação das Comissões da Verdade.

Palavras-chave: Direitos humanos; Totalitarismo; Democracia; Anistia; Direito à memória; Comissões da verdade.

ABSTRACT: This work aims to understand the dimension of the right to the memory in Brazil, also it aims to contextualize this demand on the human rights area, because it's directly related to the human dignity and it's an essential condition for the consolidation and development of the people's participation on the Brazilian democracy. That's why it's necessary to make an historic study of the raising of totalitarian regimes along the XX century, especially before the World War II, when this became well known. After, it will study the specific southern Cone context, where many countries have experimented military dictatorships after the 1960 decade. The right to the memory will be conceptualized from these democratic transitions experiences, which were involved in a greater context that will be called 'the third wave'. After, it will study how the memory arena was built or unbuilt along the democratic transition, and it only will return to the public agenda from the beginning of the XXI century. This study aims to analyze how this right have been enforced until the formation of the Truth Commissions.

Keywords: Human rights; Totalitarianism; Democracy; Amnesty; Right to the memory; Truth commissions.

Sumário

1. Introdução	1
2. Autoritarismo e Justiça Transicional no Século XX	5
2.1 - Genealogia do Totalitarismo.....	8
2.1.1 - <i>Elementos políticos do totalitarismo</i>	9
2.1.2 – <i>Características da Repressão</i>	11
2.2 - América do Sul.....	12
2.2.1 - <i>Histórico das Ditaduras no Continente</i>	13
2.2.2 – <i>As transições democráticas</i>	16
2.3 – O direito à memória.....	21
3. A Transição Democrática no Brasil.....	25
3.1 – A Lei de Anistia como marco inicial da transição lenta, gradual e controlada.....	25
3.2 – O Poder Judiciário e a Lei de Anistia	34
3.2.1 – <i>Caso Gomes Lund y Otros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)</i>	37
3.2.2 – <i>Comissão de Anistia</i>	40
3.2.3 – <i>A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153</i>	42
3.3 – Comissão Nacional da verdade	45
4. Problemas e Perspectivas	50
4.1 – A crise de legitimidade das instituições democráticas	50
4.2 – Restauração da memória coletiva e da sociabilidade política.....	59
5. Conclusão	68
6. Bibliografia.....	71

1. Introdução

Ao longo do século XX o Brasil alternou sua forma de governo entre regimes liberais democráticos e regimes autoritários. Durante a vigência dos governos de autoritários, que marcaram as interrupções das garantias democráticas, a violação dos direitos humanos dos opositores ao regime por parte de agentes do Estado foi uma constante.

O último período de interrupção da ordem democrática no país ocorreu com a instauração do regime militar em 1964, sendo que a redemocratização, com eleições diretas e voto secreto e universal ocorreu somente no ano de 1989. O golpe militar que derrubou o presidente eleito João Goulart esteve envolvido no contexto mais amplo da Guerra-Fria, marcado pelo conflito binário entre o capitalismo e o comunismo.

Nesse contexto, não se ignora a complexidade dos fatos que levaram ao golpe de 1964, entretanto, para o escopo desse trabalho, o interesse na relação entre a última ditadura militar e a Guerra-Fria se volta não tanto aos fatos, mas principalmente à mentalidade bipolar que se impunha. Essa escolha se deve ao interesse na revalorização das vítimas, que ao fim e ao cabo foram escolhidas com base em suas preferências ideológicas, e são as principais destinatárias do direito à memória (RICOEUR, 2007, p. 102).

Por essa razão, fundamental ter em mente que os blocos capitalista e socialista disputavam o monopólio ideológico e político em cada região do globo. É assim que a ditadura militar brasileira se consolida como o primeiro de vários golpes que a sucederam nos demais países do Cone-Sul da América do Sul ao longo dos anos 70 do século XX com o objetivo de conter o avanço do comunismo no continente americano.

Conforme JELIN (2004, p. 93), tais rupturas ocorreram justamente em momentos em que parcelas da sociedade civil desses países começaram a manifestar-se a partir de outra lógica para além das estruturas econômicas e de dominação de classe. A incapacidade de diálogo com esses novos autores conduziu a diversas formas de enfrentamento entre movimentos sociais e autoridades públicas, o que desembocou nos sucessivos golpes militares

Dessa forma, não surpreende que haja havido uma cooperação entre os governos dos países da região, seja para a manutenção dos regimes autoritários, seja para a perseguição e eliminação dos opositores, qualificados como subversivos. Também é possível identificar uma coincidência entre a forma de perseguição, marcada pelas demissões e prisões arbitrárias, prática de tortura, assassinato e desaparecimento forçado, em suma, a violação sistemática às garantias fundamentais.

A violação aos direitos humanos de seus próprios cidadãos por parte do Estado, pese a larga duração no contexto das ditaduras da América do Sul, não foi um fenômeno *sui generis*. Na verdade foi com o fim da Segunda Guerra Mundial, com a revelação dos crimes perpetrados na vigência dos regimes nazifascistas, que essa prática ganhou repercussão internacional, impulsionando o direito internacional no sentido da criação de normas que dessem conta de evitar a repetição dessa prática.

O quê fazer em relação aos atos normativos e administrativos praticados na vigência do governo de exceção?; como reparar adequadamente as vítimas da perseguição ilegal do Estado?; qual o sentido e alcance da responsabilidade dos agentes que perpetraram as graves violações aos direitos humanos na vigência do regime autoritário? Todas essas perguntas se relacionam, segundo Jon Elster (2006), com o tema da justiça de transição e são desafios a serem enfrentados pelos Estados na passagem da ditadura para a democracia.

Evidentemente, tais perguntas não podem ser respondidas sem que se descubra a verdade dos fatos ocorridos na vigência do governo de fato. A busca da verdade dos fatos é uma obrigação que se dirige ao Estado, e, segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, consiste não só num direito das vítimas e seus familiares de terem esclarecidos os crimes cometidos, seus autores e a sua responsabilização, mas também a toda à sociedade, no sentido de compreender as razões e circunstâncias em que tais crimes puderam ocorrer. (CIDH, 2014, p. 34).

Apesar de que a ditadura militar brasileira se valeu das mesmas práticas já condenadas pela comunidade internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial para eliminar os seus opositores, a transição para a democracia ocorreu de forma gradual e absolutamente sob o controle dos militares, de forma que o tema da justiça de transição no país foi postergado por décadas.

Entretanto, a dificuldade em lidar com essa matéria não se deve somente ao controle exercido pelos militares na transição. O que se percebe é que mesmo após a aparente consolidação das instituições democráticas, a negligência do Poder Executivo e a conivência do Poder Judiciário impediram que fossem investigados os crimes praticados anteriormente.

Ao longo das últimas três décadas o Poder Judiciário, principalmente por meio do Supremo Tribunal Federal, foi ampliando o alcance da lei de anistia promulgada em 1979, obstaculizando a responsabilização penal dos agentes de Estado que cometeram crimes na vigência do regime militar.

Se do ponto de vista judicial até agora é impossível investigar o ocorrido, o Estado brasileiro, como signatário do Pacto de San José da Costa Rica não pode furtar-se a sua obrigação de investigar as violações cometidas pelos seus próprios agentes ao longo do século passado, e o primeiro passo nesse sentido foi dado com a criação das Comissões da Verdade, que começaram seus trabalhos em 2012 (BRASIL, 2014, p. 21).

Essas Comissões foram fruto de um largo processo de discussão, tendo o direito à verdade e à memória sendo reconhecidos pelo Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), em 2009. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela lei 12.528/11 e se lhe foram atribuídos amplos poderes de investigação, objetivando a efetivação do direito à memória, à verdade histórica e a promoção da reconciliação nacional. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade foram limitados no tempo, sendo que o relatório final foi entregue em dezembro de 2014, escapando ao escopo desse trabalho.

Entretanto, o que se espera é que, a partir das informações produzidas no âmbito dessas Comissões, seja possível reconhecer não só que a transição democrática brasileira não foi concluída, o que se evidencia pelo ranço autoritário de algumas instituições que permanecem e pela dificuldade de diálogo entre diversos setores da sociedade, como que o fortalecimento e a valorização da democracia e dos direitos humanos são objetivos a serem buscados e aperfeiçoados num processo que não se encerra.

Em linhas gerais, essas são as preocupações centrais desse trabalho, que se organiza em três capítulos.

No primeiro capítulo são delineadas as principais características político-institucionais dos regimes totalitários do século XX, traçando-se um perfil das

ditaduras instauradas no contexto da América do Sul. Ainda nesse capítulo se discutem as principais preocupações da justiça de transição, que se apresenta como uma área cuja complexidade transcende em os limites do direito, configurando-se num tema em que o diálogo com outras disciplinas se torna inevitável. Finalizando esse capítulo, se discute o que poderia ser o conteúdo de um direito à memória e a sua importância num contexto de transição democrática.

Enquanto no primeiro capítulo as discussões giram em torno da violação aos direitos humanos por regimes totalitários, a justiça transicional em sentido amplo e o direito à memória, no segundo capítulo há um aprofundamento sobre a passagem da ditadura para a democracia no Brasil. Nesse sentido, trata-se primeiramente sobre como os militares mantiveram sob seu controle as deliberações e as medidas no sentido da abertura democrática, sobretudo a partir da aprovação da lei de anistia. Num segundo momento se discute como essa lei foi sendo interpretada pelo Poder Judiciário até converter-se numa verdadeira lei de esquecimento. Na terceira e última seção do capítulo, faz-se uma análise da lei que cria a Comissão Nacional da Verdade e das atribuições conferidas a esse órgão.

No terceiro capítulo, tomando por base as mobilizações de junho de 2013, marcadas por uma desconfiança generalizada em relação aos partidos políticos e aos enfrentamentos entre a polícia e os manifestantes, sugere-se que existe uma crise de legitimidade da democracia brasileira. Essa crise também se expressa a partir do momento em que vários setores da sociedade saem às ruas para pedir uma nova intervenção militar, assim é que se defende, ao final do capítulo, a importância das Comissões da Verdade, no sentido de construir uma narrativa que valorize as instituições democráticas e que possa transformar a própria democracia, com suas contradições, em um valor em si mesmo, através, sobretudo, da valorização do outro e de suas aspirações.

A construção do direito à memória no Brasil revela-se um processo histórico inacabado, de modo que a própria seleção dos fatos tende a uma inevitável parcialidade. Com base nisso, se ressalva que tanto a seleção dos fatos quanto a profundidade nas suas análises foi feita de forma instrumental aos objetivos desse trabalho, sem a pretensão de exaurir o tema.

2. Autoritarismo e Justiça Transicional no Século XX

Ainda que seja possível afirmar que os países da América do Sul possuem em comum o passado colonial, as diferenças entre os recursos disponíveis em cada território e entre os interesses das metrópoles justificam a ocorrência de diferentes processos de independência e desenvolvimento dos novos estados durante o século XIX.

Por outro lado, ao longo do século XX, sobretudo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em razão da disputa entre Estados Unidos e União Soviética, principalmente a partir dos anos 70, é possível identificar um fenômeno que se manifestou de forma curiosamente homogênea, principalmente por se tratarem de Estados independentes entre si. Trata-se da eclosão de uma série de governos autoritários exercidos pelos militares de cada país.

Conforme JELIN (2004, p. 93), “La represión estatal al activismo juvenil revolucionario y la confrontación política aguda de comienzos de los años setenta, con la presencia de una guerrilla armada en varios países, desembocó en el ciclo de dictaduras en el Cono Sur.”. Esse contexto de agitação social revelou a incapacidade de diálogo entre os governos democráticos e vários setores da sociedade civil e provocou uma demanda por uma nova forma de organização política que fosse capaz de colocar a situação novamente em ordem, o caldo social propício para a emergência de regimes autoritários de orientação conservadora.

Esses movimentos tiveram sua origem a partir de pressões da sociedade civil no sentido da pacificação social. Tais demandas, por sua vez, foram condicionadas por momentos de forte agitação social e enfrentamento entre grupos radicais seguidores de diferentes visões políticas.

Tais governos, ainda que tenham compartilhado vários elementos em comum, se apresentaram de formas bastante distintas em cada país. Isso se deve ao fato de que a organização institucional do novo regime, para que pudesse prosperar, teve que adaptar-se à realidade e aos costumes locais.

Sin ignorar los rasgos específicos en cada país, particularmente en Perú bajo Valasco Alvarado, el nuevo autoritarismo se constituye como una experiencia compartida: experiencia de una violencia sistemática, de un orden programáticamente autoritario y excluyente. (LECHNER, 1990, p. 19)

Entretanto, em que pese as substanciais diferenças institucionais identificadas em cada ditadura da América do Sul, isso não deve impedir que se observe um denominador comum. A violação dos direitos humanos por parte do aparelho estatal foi regra em toda a região, e as feridas deixadas por tais violações ainda não foram totalmente sanadas apesar do transcurso de aproximadamente 3 décadas desde a redemocratização.

Nesse sentido, a importância da justiça transicional transcende em muito os interesses pessoais das vítimas e de seus violadores, pois passa a se tratar de um tema fundamental para a consolidação da democracia como regime de governo. Sem embargo, em todos os países é possível notar que a instauração da democracia exigiu alguma forma de transação com os agentes do governo anterior, o que levou a promulgação de diferentes modalidades de leis de anistia.

Essas leis de anistia, de alguma forma, acabaram criando, ou talvez limitando, os espaços de construção de uma memória coletiva, como bem indica Gabriela FRIED

Las salidas de regímenes autoritarios de este siglo que cierra han mostrado un insospechado nuevo peligro: los intentos sistemáticos por parte de regímenes políticos de transición por controlar qué deben recordar y olvidar. Estos gobiernos pos-autoritarios han regulado de diferentes maneras a través de políticas pragmáticas intentando ignorar, borrar, maquillar, desfigurar, disfrazar o transformar las huellas del pasado autoritario en distintas regiones del mundo. Sin embargo, cuando los legados han intentado borrar el pasado, el mantener vivas las memorias colectivas se ha transformado en una forma de lucha tanto para opositores como para las víctimas de dichos regímenes. (FRIED, 2001, p. 128)

A reflexão proposta pela autora é interessante porque, mais do que meramente apontar para a questão da impunidade dos agentes de Estado que perpetraram violações aos direitos humanos, vai além dessa discussão e apresenta também o tema da memória social. Ao fazê-lo, fica bastante claro que a memória coletiva é criada não somente pelas recordações, mas, a exemplo do que acontece com a memória individual, também pelos esquecimentos e pelos traumas.

A ocorrência dessas lacunas, formadas pela seleção dos acontecimentos a serem rememorados, pelos traumas vivenciados conjuntamente e pelo esquecimento de determinados eventos, faz com que essas recordações adquiram a forma de um relato, nesse sentido

La selección y organización del pasado que los recuerdos individuales trazan es la manifestación de un trabajo activo de los procedimientos de construcción de la memoria intersubjetiva, en la que se interrelacionan múltiples colectivos: familiares, grupales, sectoriales: los hechos del pasado ocurren en el recuerdo que se teje de ellos. Pero en la búsqueda ya hallazgo del sentido la memoria articula una estrategia en la que los recuerdos toman la forma de relato. (SONDERÉGUER, 2001, p. 119)

Esses espaços vazios que se formam na memória social, bem como a sensação de impunidade, se alimentam da ausência de juízos (o que pode haver acontecido em absoluto, como no Brasil, ou parcialmente, como no caso da Argentina), mas também dos rancores que se alojam nesses espaços. A fragmentação da memória resultante dos traumas mal resolvidos impede a criação de um sentido para o que ocorreu, essa falta de sentido só pode ser resolvida por meio da vingança privada ou de uma atuação estatal no sentido de atribuição de responsabilidades.

O risco da não realização desse trabalho da memória, feliz expressão utilizada por RICOEUR, é a tendência à repetição. Essa tendência não se pode explicar meramente pela ignorância da história, mas também pela dificuldade em lidar com o sucedido, da mesma forma que ocorre num nível individual em relação aos traumas.

Assim, trabalho é a palavra repetida várias vezes, e simetricamente oposta à compulsão: trabalho de remoração contra a compulsão de repetição, assim se poderia resumir o tema desse precioso pequeno ensaio. Também pertencem a esse trabalho tanto a paciência do analista para com a repetição canalizada pela transferência como a coragem requerida do analisando de se reconhecer enfermo, em busca de uma relação verídica com seu passado. (RICOEUR, 2007, p. 85)

Com o exposto percebe-se a importância dos conceitos que serão abordados nesse capítulo, quais sejam a preocupação com os direitos humanos e, sobretudo, a possibilidade de sua violação por parte de agentes do Estado, a justiça de transição e linhas gerais de como se deu a transição democrática na região do Cone-Sul e a importância do direito à memória para a consolidação das democracias da região.

Fica evidente, portanto a importância de recorrer à história, isso porque, se por um lado os regimes militares da América do Sul surgiram em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, por outro compartilharam com os governos totalitários europeus muito de seu *modus operandi*, não somente em relação às violações dos

direitos humanos, mas também em relação à propaganda baseada no nacionalismo, na defesa contra o comunismo e na proteção dos valores tradicionais.

Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo* (1974), fornece importantes elementos para o delineamento das condições de aparição e os traços dos governos totalitários europeus, que se repetiram na América do Sul, guardadas todas as diferenças históricas, sociais, culturais e, sobretudo, políticas entre governos totalitários e governos autoritários. A partir desse quadro, se pretende estudar como as violações foram tratadas pelos governos que substituíram as ditaduras militares.

2.1 - Genealogia do Totalitarismo

Segundo TODOROV (1992, p. 57) a história do continente americano está marcada em primeiro lugar pelas sucessivas ocupações, em segundo lugar pela dominação e, como consequência desses dois elementos, pela alteridade humana, que se reconhece e se nega ao mesmo tempo.

Se é verdade que os dois primeiros elementos já estavam presentes antes da chegada dos europeus, o problema da alteridade apenas se apresentou a partir do descobrimento, e se manifestava a partir do reconhecimento da condição humana aos povos autóctones concomitantemente com a negação de seus direitos. Esse foi o primeiro legado deixado em termos de sociabilidade política deixado pelos europeus aos Estados que se constituiriam a partir dos processos de independência no continente.

A negação dos direitos constitui, portanto, a herança colonial deixada pelos europeus, entretanto as violações aos direitos humanos por parte do aparato estatal contra seus próprios cidadãos foi um fenômeno mais recente, com origem na própria Europa, com a ascensão dos regimes fascistas e comunistas durante o século XX. Tais regimes tiveram forte influência no funcionamento das ditaduras militares sul-americanas.

Assim, é importante entender como operavam esses regimes para, a partir de então, compreender como se deram as graves violações aos direitos

humanos no Cone-Sul, principalmente porque alguns desses aspectos lamentavelmente se apresentam hoje em dia, mesmo sob as novas democracias.

2.1.1 - Elementos políticos do totalitarismo

ARENDT ao analisar as origens do totalitarismo, estabelece algumas características de esses regimes. O primeiro traço mencionado pela autora é o apoio popular de que gozam. Pode parecer uma contradição, mas realmente, tanto os governos totalitários europeus do período entre guerras quanto os governos militares na América do Sul nos anos 70 emergiram com o apoio das massas.

É assim porque surgem em momentos de crise e, do contrário, o próprio exercício do poder seria impossível

los regímenes totalitarios, mientras que se hallan en el poder, y los dirigentes totalitarios, mientras que se hallan con vida, 'gobiernan y se afirman con el apoyo de las masas' hasta el final. La elevación de Hitler al poder fue legal en términos de Gobierno de la mayoría, y ni él ni Stalin hubieran podido mantener su dominio sobre tan enormes poblaciones, sobrevivido a tan numerosas crisis interiores y exteriores y desafiado a los numerosos peligros de las implacables luchas partidistas de no haber contado con la confianza de las masas. (ARENDT, 1974, p. 386)

Se durante a sua vigência os regimes totalitários compartilham o apoio popular, a mesma autora aponta para outro aspecto que esses governos tem em comum após sua queda, que é a facilidade com que seus atos são esquecidos. Ou seja, a facilidade com que os mesmos cidadãos que até o fim do regime o apoiavam, depois de sua derrubada rapidamente se esquecem de tudo o que aconteceu anteriormente e das razões pelas quais sustentaram aquelas condições por tanto tempo.

Essa tendência ao esquecimento não deve ser confundida com uma cura da ilusão totalitária. A verdade é que essa facilidade marca, mais que nada, a extraordinária adaptabilidade e ausência de continuidade, reflexos não só dos governos totalitários, mas também das personalidades de seus ditadores (ARENDT, 1974, p. 386).

Duas outras características merecem destaque e estão intimamente relacionadas, a propaganda e o corporativismo. O êxito da propaganda, segundo

ARENDT (1974, p. 437), reside no fato de que as massas modernas deixam de crer em praticamente tudo o que representa a experiência em detrimento da consistência do sistema ao que fazem parte, assim, a repetição da propaganda, mais do que atestar uma suposta capacidade inferior das massas, serve para demonstrar a aspiração pela consistência ao longo do tempo.

Justamente pela importância do pertencimento ao sistema, o corporativismo é uma chave para obtenção do apoio popular. Mais do que assegurar que todos se considerem membros do corpo que deve ser defendido, o sistema corporativo permite uma distribuição de responsabilidades, ou melhor, uma ausência de distribuição de responsabilidades, tendo em conta que o Chefe monopolizou todas as decisões, sendo que aos membros não cabe nada mais que cumpri-las (ARENDT, 1974, p. 462), essencial para que sejam possíveis as violações de direitos humanos sob esse regime.

Como consequência direta do apoio das massas, da propaganda e do corporativismo, surge um outro traço comum entre os governos totalitários, qual seja, o terror. Sob o totalitarismo, o terror está presente em todas as relações que envolvem o Estado e seus cidadãos, com o êxito da propaganda e do corporativismo, o Estado pode selecionar seus alvos da forma que melhor lhe convenha, e com isso ninguém pode estar sempre seguro de sua posição.

El terror sigue siendo utilizado por los regímenes totalitarios incluso cuando ya han sido logrados sus objetivos psicológicos: su verdadero horror estriba en que reina sobre una población completamente sometida. Allí donde es llevado a la perfección el dominio del terror, como en los campos de concentración, la propaganda desaparece por completo. Quedó incluso enteramente prohibida en la Alemania nazi. La propaganda, en otras palabras, es un instrumento, y posiblemente el más importante, del totalitarismo en sus relaciones con el mundo no totalitario; el terror, al contrario, constituye la verdadera esencia de su forma de Gobierno. Su existencia depende tan poco de los factores psicológicos o de otros factores subjetivos como la existencia de las leyes depende en un país gobernado constitucionalmente del número de personas que las violan. (ARENDT, 1974, p. 428)

Se do ponto de vista das relações entre o Estado totalitário e seus cidadãos a pauta é estabelecida pelo terror, o que se percebe nas suas relações com o mundo exterior, não totalitário, é a crença, por parte dos outros países, de que o que sucede ali não passa de um estado de exceção ou, como seja, um fenômeno temporário e de curta duração (ARENDT, 1974, p. 483). Isso justifica a demora na

reação da comunidade internacional após a ascensão do fascismo e sua completa inércia no caso das ditaduras na América do Sul.

Do ponto de vista jurídico, ARENDT chama a atenção para a ausência de preocupação dos regimes totalitários em relação às Constituições dos Estados. Realmente, na Alemanha a Constituição de Weimar não apenas se manteve intacta, como a administração civil seguiu sendo regida por aquela. O mesmo fenômeno se observou na União Soviética de Stalin, entretanto nesse caso os autores da Constituição anterior foram todos executados.

2.1.2 – Características da Repressão

Se as similitudes entre os governos totalitários europeus do período entre guerras e das ditaduras sul-americanas dos anos 70 são bastante marcantes em relação ao âmbito político, tornam-se ainda mais evidentes quando se analisa a constituição do aparelho repressivo dos dois períodos, ainda que não coincidam ponto a ponto, na mesma medida em que autoritarismo e totalitarismo não se confundem.

A primeira e mais importante instituição repressiva dos regimes totalitários é a Polícia. Entretanto, se por um lado os oficiais da Polícia são os responsáveis por levar a cabo os atos de apreensão, a investigação, conforme os princípios do corporativismo, é papel de todos os cidadãos. A partir daí, “para aquel que resulte tener ‘pensamientos peligrosos’, un vecino se convierte en un enemigo más mortal que los agentes policíacos oficialmente designados. El final de la primera fase llega con la liquidación de la resistencia abierta y la secreta en cualquier forma organizada.” (ARENDT, 1974, p. 515)

Essa situação cria, sob os olhos do regime, o conceito de inimigo objetivo. Essa noção se refere ao fato de que os inimigos do regime já não são definidos por suas ações, senão porque pertencem ao grupo de pessoas declaradas como inimigos pelo Estado, e representam, desde então, uma ameaça ao corpo estatal.

A repressão e a declaração dos inimigos objetivos levam a duas práticas comuns durante os períodos de governo totalitário, a tortura e a desaparecimento de pessoas. A tortura, nesse contexto, surge para lograr extrair a ‘verdade’ buscada

pelos agentes da Polícia muito mais do que a verdade objetiva dos fatos (ARENDT, 1974, p. 525).

Isso porque, como dito anteriormente, uma das razões pelas quais os cidadãos apoiam os sistemas ditatoriais é que necessitam acreditar na consistência do sistema, e a manutenção da consistência do sistema exige que os inimigos do Estado sejam castigados. Outro requisito para a consistência do sistema é que não haja equívocos na fixação dos alvos da persecução estatal, dessa forma, a diferença entre a suspeita e a certeza se perde completamente.

A desapareição de pessoas, por sua vez, tem por objetivo mais que a mera aniquilação da oposição atual, senão que é capaz de destruir os rastros do que um dia pode ter sido uma oposição ao regime.

En los países totalitarios todos los lugares de detención dirigidos por la Policía quedan convertidos en verdaderos pozos del olvido en los que las personas caen por accidente y sin dejar tras de sí los rastros ordinarios de su antigua existencia como un cuerpo y una tumba. En comparación con esta novísima invención para hacer desaparecer a la gente, el anticuado medio del asesinato, político o común, resultaba desde luego ineficaz. El asesino deja tras de él un cuerpo, y aunque trate de borrar los rastros de su propia identidad, no tiene poder para borrar la identidad de su víctima del recuerdo del mundo superviviente. La operación de la Policía secreta, por el contrario, se encarga milagrosamente de que la víctima nunca haya existido. (ARENDT, 1974, p. 529)

A luta do totalitarismo pela manutenção da coerência do sistema, portanto, se trata de uma luta contra o que se pode chamar de dignidade humana. Assim, a expansão da aplicação de seus métodos, mais que uma manifestação da ambição de poder, como poderia parecer, é uma manifestação da necessidade imperativa de que o sistema seja totalmente coerente. Dessa forma “Lo que por eso tratan de lograr las ideologías totalitarias no es la transformación del mundo exterior o la transmutación revolucionaria de la sociedad, sino la transformación de la misma naturaleza humana.” (ARENDT, 1974, p. 550)

O *modus operandi* dos governos totalitários da Europa se repetiu como regra na América do Sul durante as ditaduras militares. Sem embargo, cabe fazer uma análise de como e por que se estabeleceram esses regimes no continente americano.

2.2 - América do Sul

2.2.1 - Histórico das Ditaduras no Continente

Apesar de que a questão do direito à memória no âmbito dos direitos humanos surge já com o fim da segunda guerra mundial, como preocupação na América Latina, mesmo com a profusão de regimes ditatoriais que se sucederam ao longo do século XX, esse tema só ganharia importância a partir daquilo que HUNTINGTON¹ definiu como a terceira onda, ou seja, os processos de redemocratização iniciados a partir dos anos 70.

Sem embargo, a história das violações dos direitos humanos no continente sul-americano é mais antiga que isso, portanto, na mesma medida é mais comprida a história que merece ser resgatada para a compreensão dos fenômenos que permitiram o surgimento desses regimes totalitários. Uma análise das preocupações dos intelectuais da região pode ajudar a explicar não apenas o surgimento desses governos, mas também a tardia atenção ao tema do direito à memória.

Até os anos sessenta, a principal preocupação dos intelectuais era justamente a passagem de uma condição de subdesenvolvimento e dependência a um estado de desenvolvimento e independência em relação aos países capitalistas centrais. A análise da história do desenvolvimento da industrialização e urbanização que dominaram o continente levou à percepção de dois temas chave específicos da América Latina.

Por um lado, o populismo, pelo qual líderes carismáticos chegaram ao poder e, com o apoio das massas, provocaram mudanças importantes na economia e na política dos países da região, dando o impulso inicial aos processos de industrialização. Por outro lado, como consequência da urbanização exigida por essa industrialização, ganhava importância o conceito de marginalidade, e as discussões sobre esse tema giravam sobre se se tratava de uma condição passageira ou estrutural.

Se os fenômenos da marginalidade e do populismo marcaram todos os países sul-americanos, nos países centrais da região, como a Argentina e o Brasil, já nesse período, dos anos 60, era possível observar o surgimento de atores sociais que se organizavam fora desses eixos. Esses movimentos colocavam ênfase não

¹ HUNTINGTON, Samuel P. A terceira onda: A democratização do final do século XX, São Paulo: Editora Ática, 1994.

mais nas estruturas econômicas e de dominação de classes, e sim em um sistema político organizado de forma mediada através de instituições, atores e movimentos sociais (JELIN, 2004, p. 93).

Como não havia uma chave para a compreensão desses novos atores sociais que surgiram a partir dos anos 60

La represión estatal al activismo juvenil revolucionario y la confrontación política aguda de comienzos de los años setenta, con la presencia de una guerrilla armada en varios países, desembocó en el ciclo de las dictaduras en el Cono Sur: Brasil primero, luego Uruguay y Chile, finalmente Argentina, para agregarse a dictaduras más tradicionales, como la de Stroessner en Paraguay (que gobernaba desde 1954). (JELIN, 2004, p. 93)

Enquanto na América Latina a solução para as agitações sociais foi a implantação de regimes fortemente repressivos, a comunidade internacional já vivia um momento diferente. Após tantos anos do fim da segunda guerra mundial, é possível falar de uma preocupação com relação à instauração do terrorismo de estado e da repressão ilegal. É com base nesse arcabouço ideológico proveniente dos países centrais que se organizariam os grupos contrários às ditaduras.

La incorporación de la clave ‘violaciones a los derechos humanos’ fue, en ese marco, una verdadera revolución paradigmática. Esta definición implica concebir al ser humano como portador de derechos inalienables. Supone también la asignación de una responsabilidad central a las instituciones estatales de garantizar la vigencia y el cumplimiento de esos derechos. (JELIN, 2004, p. 94)

Portanto, já nesse período havia órgãos de proteção dos direitos humanos no âmbito internacional, contexto em que, internamente, os novos atores sociais ganharam protagonismo, pois seja na Argentina, seja no Brasil, foram eles os responsáveis por denunciar os abusos cometidos pelos agentes do Estado. Esse novo cenário seria o gérmen da ampliação do combate contra outras formas mais estruturais de discriminação e violência.

Ao fim dos anos setenta, a grande preocupação no continente passa a ser com o restabelecimento das democracias, aqui entendidas como oposição ao autoritarismo. Nesse contexto, e tendo em conta o entorno internacional, dentro do qual o discurso dos direitos humanos era hegemônico, a democracia incorporava também os direitos básicos da pessoa.

Si la revolución es el eje articulador de la discusión latinoamericana en la década del 60, en los 80 el tema central es la democracia. Al igual que en el período anterior, la movilización política se nutre fuertemente del debate intelectual. (LECHNER, 1990, p.18)

Devido ao protagonismo dessa pluralidade de atores sociais no restabelecimento das democracias, diferentes movimentos urbanos foram incorporando-se à cena pública, reconhecidos institucionalmente pelos novos governos. Esses novos movimentos sociais traziam em seu seio novas formas de sociabilidade e subjetividade, nas quais a maneira de relacionar o político e o social envolviam as práticas cotidianas que incluíam aspectos ideológico e institucionais (JELIN, 2004, p. 98).

Devido a questões estruturais de pobreza do continente, o modelo de democracia adotado, baseado no estado de bem-estar social, não foi acompanhado por uma expansão dos direitos civis e políticos, e em geral os cidadãos se mantiveram alheios à política. Isso pode ser explicado porque

Na maioria dos países, a luta para criar a democracia foi vista como moral, perigosa e importante. O colapso do autoritarismo gerou entusiasmo e euforia. As lutas políticas na democracia, em contraste, rapidamente passaram a ser vistas como amorais, rotineiras e mesquinhas. O funcionamento da democracia e o fracasso dos novos governos democráticos para resolver os problemas endêmicos à sociedade geraram indiferença, frustração e desilusão. (HUNTINGTON, 1994, p.250)

Com o povo distante da política, a reflexão sobre o que passou no período anterior e a consequente construção das expectativas sobre o futuro se transformou numa questão bastante complexa desde perspectiva de uma construção cidadã. Sendo a cidadania entendida aqui como uma prática conflitiva entre diferentes pontos de vista.

A partir dos anos noventa, parte dos movimentos sociais passa a lutar não somente por justiça, mas também por verdade e memória. Esse direito à memória se reveste do mesmo caráter conflitivo presente na noção de cidadania. A memória se converte então em um espaço em disputa,

Hay una lucha política activa acerca del sentido, acerca del sentido de lo ocurrido y también acerca del sentido de la memoria misma. Reitero: el escenario de las luchas políticas por la memoria no es simplemente una confrontación entre 'memoria' y 'olvido', sino entre distintas memorias. (JELIN, 2004, p. 105)

Isso é verdade porque a memória, antes de constituir-se como uma construção social, é resultado de experiências subjetivas que envolvem os dois processos, de recordação e de esquecimento. Dessa forma, as políticas adotadas (ou não) relativamente à memória sobre os fatos representam uma verdadeira tomada de partido por parte do governo que assume o poder ao fim de uma ditadura.

Assim, se se reconhece que a democracia efetiva exige a participação dos cidadãos, e considerando que o passado é vivido e tem ecos no presente, torna-se imperativo reconhecer que as vítimas exercem um protagonismo nas lutas por esse espaço de memória e pelas políticas a serem adotadas pelo Estado.

Pueden intentar influir y cambiar el sentido y el contenido de la 'historia oficial' o dominante sobre un período, para eliminar distorsiones históricas o hacer públicos y legítimos los relatos que habían estado en las 'catacumbas', ocultos, censurados y silenciados. Pueden buscar reivindicaciones y reparaciones materiales, centrados en su lugar de víctimas de daños que el Estado debe reconocer y asumir la responsabilidad. Pueden buscar comunidades de pertenencia y contención personal en grupos de pares a sus heridas y sufrimientos. Pueden elaborar rituales, participar en conmemoraciones, reclamar marcas simbólicas de reconocimiento en memoriales, monumentos, o museos. También pueden traducir sus experiencias en demandas más generalizadas hacia el sistema institucional, convirtiendo sus experiencias personales y sus demandas grupales en casos 'ejemplares' de los cuales extraer aprendizajes más generales." (JELIN, 2004, p. 106)

2.2.2 – *As transições democráticas*

Todos os processos de transformação radical na forma de governo de um Estado produz a necessidade imperativa de como tratar os atos oficiais realizados durante o regime anterior. Se isso é verdade em relação à validade e vigência de atos administrativos-normativos do regime derrubado, é ainda mais forte quando se fala de sistemas de governo que tinham por característica o fato de que

para consolidar su poder negaron a los ciudadanos la más básica dignidad humana, utilizaron el aparato represivo del Estado para crear un generalizado terror; torturaron, encarcelaron sin juicio previo, asesinaron e hicieron desaparecer forzosamente a personas para combatir a la violenta oposición política o intelectual. (NINO, 2006, p. 77)

À definição do tratamento que será conferido aos atos do governo anterior podemos chamar de justiça de transição. A forma como se dará esse processo em cada país varia de acordo com o contexto histórico, social e cultural, bem como com o peso político que tem o grupo que recém deixa o poder. Sem embargo, Jon Elster nos oferece um quadro de distinções gerais que pode ser útil ao momento de analisar os processos de transição.

Temporalmente, é possível definir alguns tipos de justiça transicional. No que diz respeito a isso, a justiça de transição pode ocorrer logo após a mudança do grupo no poder, durar um período não superior a cinco anos e ser concluído. Pode ainda ser prolongada, quando o processo começa logo depois da mudança de governo, mas se estende por um período mais longo de tempo. Também é possível identificar processos que se iniciam de forma imediata mas, por alguma razão, são interrompidos e voltam a operar décadas depois, como foi o caso na Argentina. Por fim, pode se falar de uma justiça de transição prorrogada, quando as primeiras medidas são adotadas muitos anos depois da transição, um exemplo dessa situação foi o julgamento de Pinochet (ELSTER, 2006, p. 95).

Além do critério temporal, também é possível definir três tipos ideais de juízos transicionais, tal definição tem a ver com a garantia ao devido processo legal de que gozam os agentes julgados.

Podemos distinguir tres formas institucionales de justicia: justicia legal, justicia administrativa y justicia política. Mejor quizá, podemos representar las instituciones de la justicia a lo largo de una línea, con la justicia legal pura en un extremo y la justicia política pura en el otro. La justicia administrativa puede ubicarse más cerca de uno u otro extremo del espectro, dependiendo de hasta qué punto los funcionarios a purgar cuentan con el beneficio del debido proceso. Además, la justicia legal puede ser impura, y aun así reconocérsela como legal. Por lo demás, algunas formas de justicia política comparten importantes características con la justicia legal. (ELSTER, 2006, p. 104)

NINO, antes de abordar especificamente o tema da justiça transicional, oferece um quadro comparativo entre os modelos de processos de redemocratização. Nesse sentido, tais processos podem ser categorizados pela sua modalidade, já que a derrubada do governo pode se dar pelo consenso, pela força ou pelo colapso. Relativamente à etiologia, a redemocratização pode suceder pela ação de agentes endógenos, exógenos ou mistos. Por fim, podem ser classificados

pelo estado jurídico representado pelo novo governo, podendo nesse sentido ser de ruptura, continuidade ou de restauração (NINO, 2006, p. 170).

A partir das classificações apresentadas, é possível identificar os traços gerais dos processos de redemocratização sul-americanos. Entretanto, se tal tipologia não é exatamente inovadora, pois já havia sido analisada por HUNTINGTON (1994, p. 118) ainda que com outra terminologia, NINO avança ao propor também uma relação entre o lapso de tempo entre as violações dos direitos humanos e o êxito dos processos de justiça transicional.

En el cono sur de América Latina, existe también una clara correlación entre el lapso y el éxito de la justicia retroactiva. En Chile los peores abusos ocurrieron entre 1973 y 1976, y la democratización en 1989; más de trece años pasaron antes de que la investigación y los juicios tuvieran lugar. En Brasil el período del mayor terror sucedió entre 1969 y 1974 y la democratización no llegó sino hasta 1989 con la elección directa de Collor de Melo. En el Uruguay la mayoría de los abusos ocurrieron antes de 1973, y la democratización se completó nueve años después. Pero en el caso de la Argentina, los militares cometieron serios abusos hasta 1979, y la democratización tuvo lugar sólo cuatro años más tarde. El éxito relativo de la justicia retroactiva en la Argentina, a diferencia de lo ocurrido en Chile, Brasil y el Uruguay, puede ser explicado por el período de tiempo transcurrido. Sin embargo, esta correlación está lejos de ser absoluta. Por ejemplo, el intento de justicia retroactiva en Chile se realizaría con mayor profundidad que en el Uruguay, a pesar de que el tiempo transcurrido entre los peores abusos y el proceso de democratización sería mayor.” (NINO, 2006, p. 185)

É importante destacar que ao reconhecer a relatividade dessa correlação entre o tempo transcorrido e o êxito da justiça de transição, NINO considera que os juízos realizados durante o governo de Raul Alfonsín, na Argentina, foram bem sucedidos. Tal opinião não é unânime, já que Malamud Goti (2000) realiza uma crítica bastante contundente aos juízos realizados durante esse período

A primeira crítica apresentada pelo autor é que, uma vez que os alvos dos juízos foram estabelecidos *a priori* por um ato do Poder Executivo, de forma que apenas os oficiais de alta patente com poder de comando que houvessem ordenado atos de violações aos direitos humanos seriam julgados. Tal aspecto denuncia o caráter político dos juízos, uma vez que revela a intenção de satisfazer a interesses inconciliáveis presentes na sociedade.

Também crítica os juízos pelo fato de que a realização desses julgamentos, se por um lado pode exercer algum efeito sobre a opinião pública, não fez que os militares compreendessem a dimensão de seus atos. Para eles, soava incongruente

que estivessem sendo julgados, uma vez que graças aos seus esforços o país havia vencido a guerra contra o inimigo interno.

Essa crítica revela, em primeiro lugar, uma característica geral das ditaduras da América do Sul, qual seja o fato de que

Los dictadores latinoamericanos han intentado una y otra vez, y en algunas ocasiones con sinceridad, justificar la represión invocando la necesidad de contrarrestar el comunismo, el terrorismo y la violencia guerrillera. En Chile, 'los militares estaban [...] bastante orgullosos de lo que habían hecho. [...] Creían que 'habían participado de un acto heroico histórico'. Uno de los problemas de la justificación de las atrocidades cometidas por el 'enemigo interno' puede ser la consecuencia, antes que la causa, de los crímenes. En Sudáfrica, por ejemplo, la violencia del régimen del apartheid precedió a la resistencia armada contra éste. (ELSTER, 2006, p. 177)

Em segundo lugar, essa crítica revela um aspecto que é preciso ser tomado em conta quando se fala na possibilidade de um direito à memória e à verdade. O fato de que tanto a verdade quanto a memória não estão baseadas em critérios objetivos, e sim em aspectos subjetivos que tem a ver com a experiência de cada um e os modos de apropriação dessa experiência, seja no âmbito individual, seja no âmbito coletivo. Isso, e o reconhecimento de que a memória é um espaço de conflito no qual atuam diferentes atores na esfera política, permite falar de um direito à memória, e sim em um direito às memórias.

Por fim, essa crítica feita por GOTI é avalizada por ELSTER, quando, ao analisar o caso da justiça transicional na Alemanha, afirma que o mais importante nos julgamentos é que a culpabilidade seja respaldada pelo reconhecimento dos erros cometidos pelo regime anterior.

Si bien aquí Stimson se expresa a favor del castigo como forma de prevención, el vínculo causal que insinúa no se basa en la disuasión, especial o general. El mecanismo de la disuasión da por sentadas las motivaciones individuales, e intenta influir sobre el comportamiento mediante un cambio en la estructura de retribución. Stimson, por contraste, afirma que si se les hace entender a los alemanes la crueldad de sus actos, experimentarán un sentimiento de culpabilidad que los hará modificar por sí mismos sus motivaciones. A este fin, era necesario juzgar debidamente a los criminales nazis y tratar humanitariamente al común de los alemanes. Las ejecuciones sumarias y las medidas de empobrecimiento tendrían el efecto contrario. (ELSTER, 2006, p. 238)

Pela mesma razão, se coloca a terceira crítica de GOTI aos julgamentos realizados logo depois da redemocratização Argentina, que se refere ao fato de que tais julgamentos reproduzem a lógica binária dos militares. Isso representaria mais

que um risco, mas sim um traço de esquizofrenia coletiva, porque, como dito anteriormente, os regimes totalitários tem como característica em comum o apoio popular. Assim, é de fato incoerente que os cidadãos, que efetivamente apoiaram os governos militares na chamada guerra suja, agora enxerguem a seus antigos aliados como os novos inimigos.

Ora, não é essa repetição nada mais que a “compulsão” referida anteriormente por RICOEUR. A falta de um trabalho de memória adequado impede a construção de uma narrativa de sentido coletiva, e os riscos dessa ausência já foram discutidos por ARENDT.

En ambos casos, los hombres se han convertido en completamente privados, es decir, han sido desposeídos de ver y oír a los demás, de ser vistos y oídos por ellos. Todos están encerrados en la subjetividad de su propia experiencia singular, que no deja de ser singular si la misma experiencia se multiplica innumerables veces. El fin del mundo común ha llegado cuando se ve sólo bajo un aspecto y se le permite presentarse únicamente bajo una perspectiva. (ARENDT, 2004, p.67)

Assim, o que se observa nesse primeiro momento do restabelecimento das democracias foi que mesmo na Argentina, que tratou de lidar com seu passado imediatamente, os juízos não obtiveram sucesso no objetivo de satisfazer as aspirações dos defensores dos direitos humanos nem o objetivo de estabelecer a verdade dos fatos, contrariamente ao que se imaginava.

Entretanto, se os julgamentos são passíveis de críticas pela forma como foram realizados e não se pode negar que tais críticas são pertinentes e tem relação com a falta de êxito desses julgamentos, não se pode negar que as transições democráticas na América do Sul tiveram como traço comum a promulgação de diferentes modalidades de anistia. Essas leis variaram em suas formas de criação e promulgação, foram promulgada pelos próprios militares no Brasil, objeto de um referendo no Uruguai e produto de um extenso conflito na Argentina, por exemplo.

La impunidad acordada por las diferentes leyes de amnistía a los responsables del terrorismo de Estado contribuye a mantener dolorosamente viva la memoria de la dictadura. Inaceptable no sólo para las familias de las víctimas de la represión sino, también, para amplios sectores de la sociedad que continúan reclamando verdad y justicia, la impunidad es percibida como un perjuicio intolerable a uno de los fundamentos de toda sociedad humana, la fe en la justicia. (GROPPO, 2001, p. 23)

2.3 – O direito à memória

Ante o exposto, fica claro que se o governo que assume o poder decide enfrentar-se com o passado, enfrentará uma série de questões espinhosas e tomadas de decisões a realizar. Como ficou claro anteriormente, a verdade e a memória não são absolutas nem estáticas, mas sim se constroem em uma dinâmica que ao fim e ao cabo é parte do jogo político. Se reconhecemos a pluralidade da verdade e da memória e que a justiça pode ser, como tipo ideal, legal; a prática demonstrou que mesmo os julgamentos levados a cabo se revestiram de um forte caráter político.

Esse fato não pode ser ignorado e, nas palavras de ELSTER, pode levar à necessidade de responder a uma pergunta talvez inesperada, de modo que o novo governo²

puede verse obligado a elegir entre justicia y verdad (de manera menos convincente, incluso si nadie toma la decisión consciente de allanar el camino a la verdad antes que otorgar justicia, puede existir una conexión causal indirecta entre el pequeño número de juicios y el suministro de información sobre los crímenes). La mayor parte de las aproximadamente veinte comisiones de la verdad que han sido establecidas desde 1982 ni siquiera han señalado a los autores de los crímenes, y menos aun han propuesto que se los castigara. La principal excepción es la comisión de Sudáfrica, pero incluso aquí el conocimiento de los crímenes de motivación política no conduce al enjuiciamiento. La comisión de la verdad de El Salvador señaló a los criminales, pero el Parlamento les otorgó una amnistía completa cinco días después de la publicación del informe. En el Brasil, los 444 torturadores señalados por la Arquidiócesis de San Pablo ya habían recibido la amnistía. En Chile y en la Argentina, los ‘juicios de la verdad’ que tuvieron lugar en la década de 1990 no pudieron, a causa de las leyes de amnistía, dar como resultado procesos judiciales.” (ELSTER, 2006, p. 140)

Se aceitamos o argumento de NINO, de que o transcurso do tempo é um obstáculo à realização da justiça transicional, entendida em seu sentido estrito, qual seja de que a justiça é obtida quando os culpados são castigados, em relação ao tema da memória, o tempo pode desempenhar um papel praticamente oposto. Tal entendimento foi expressado por KOSELLECK (1993, p. 290) ao afirmar que “Sólo

² Cabe mencionar que em 2003 o Congresso Nacional argentino anulou as leis de obediência devida e ponto final, que até aquele momento obstaculizavam o julgamento aos agentes de Estado que praticaram graves violações a direitos humanos na vigência do regime militar. Com isso, foram reabertas as investigações e, posteriormente, foram propostas novas ações junto ao Poder Judiciário, o que ocorreu após a publicação do livro de Jon Elster aqui referenciado.

tras pasar cierto tiempo puede llevarse un período a un denominador diacrónico, a un concepto, que engarce las estructuras comunes.”

É que como visto, os julgamentos podem ser utilizados politicamente. Essa instrumentalização da justiça de transição pode ser utilizada tanto pelos novos governantes quanto pelos seus opositores, que podem aspirar justamente o fracasso das políticas colocadas em prática pela situação, o que de fato chegou a ocorrer na Argentina de Alfonsín.

Cuáles eran los miedos, aspiraciones y amenazas de los partidos políticos? Por supuesto que sus miembros, individualmente, temían la pérdida del poder político. El gobierno temía que si aparecía como muy clemente los militares ganarían, como lo hicieron en 1987, en poder político y social. Los partidos de la oposición temían que si el gobierno resultara demasiado exitoso en su lucha por lograr la justicia retroactiva, el Partido Radical se volvería imbatible. (NINO, 2006, p. 173).

Tendo isso em conta, pode se argumentar que a passagem do tempo confere a tranquilidade necessária não apenas para uma apuração mais objetiva dos fatos, mas também que, como garante ao governo que adota as políticas de memória um maior distanciamento em relação aos agentes que impulsionaram a redemocratização, reduzem a resistência política à realização dessas políticas.

Os julgamentos realizados na Argentina logo após a redemocratização, ainda que tenham tido sua importância no seu tempo, sobretudo pelo vanguardismo, não estão isentos de críticas, isso é reconhecido até mesmo por ALFONSÍN,

la condena judicial es un instrumento pero no el único ni el más importante cuando se trata de la formación de la conciencia moral colectiva. Esta filosofía es legítimamente discutible y entiendo que se pueda no estar de acuerdo con ella. Pero fue la que elegimos y la que presentamos explícitamente a los argentinos antes de llegar al gobierno (ALFONSÍN, 2004, p. 48).

Dessa forma, mesmo apresentando-se como um defensor da forma como foram realizados esses julgamentos, o próprio NINO (2006, p. 212) reconhece que as Comissões da Verdade seriam uma solução possível para o problema da apropriação do passado pelas gerações presentes e futuras, um tema central das transições democráticas, uma vez que “Para que el pasado se convierta verdaderamente en pasado, es preciso que una sociedad se lo haya ‘apropiado’ (según la expresión de Benjamin Stora) y que la verdad haya sido establecida.” (GROPPO, 2001, p. 37)

A melhor solução para esse problema se dará caso a caso, e parece ser papel dos novos governos criar os espaços democráticos que permitam a discussão sobre tais temas. Assim, a singularidade de cada processo de transição representa em si mesmo um desafio para a sociedade,

No existía, por otra parte, una fórmula preestablecida sobre la mejor manera de enfrentar los crímenes del pasado. Cada sociedad debe elaborar su propia respuesta, de acuerdo con sus peculiares condiciones y características políticas y sociales, y nosotros lo hicimos en un contexto latinoamericano en el que comenzaba a terminar la noche de las dictaduras y aparecía la luz de las transiciones democráticas y la recuperación de las libertades ciudadanas (ALFONSÍN, 2004, p.34).

Esse processo de apropriação do passado pela sociedade, segundo o historiador chileno Norbert Lechner, passa primeiro por uma necessidade, a de antecipar o futuro e de construir expectativas, a projeção de um futuro comum tem como reflexo direto a criação da ideia de comunidade. O segundo aspecto, que é requisito para que o conhecimento do passado sirva para a construção de expectativas, é a criação de uma ideia de continuidade. Assim, a democracia só está sendo construída hoje porque foi violada no passado.

La posibilidad de la democracia supone, creo yo, trabajar políticamente el tiempo, al menos en dos sentidos. Por un lado, una *reconversión del pasado autoritario*. Ser realista es reconocer la efectividad presente del pasado. Por tanto, ni lo ignora ni lo asume como mera inercia. El realismo obliga a actualizar la historia de la dictadura, incorporándola al proceso de democratización. Para que desaparezcan los fantasmas tiene que hacerse presente un 'pasado superado'. Este es el significado de la reparación (material y simbólica) por las injusticias sufridas y los dolores reprimidos: *una restitución del pasado* como historia de la dignidad humana." (LECHNER, 1990, p. 84)

A mesma preocupação com a construção de expectativas também é expressada por KOSELLECK, quando afirma que

Las condiciones de posibilidad de la historia real son, a la vez, las de su conocimiento. Esperanza y recuerdo o, expresado más genéricamente, expectativa y experiencia – pues la expectativa abarca más que la esperanza y la experiencia profundiza más que el recuerdo – constituyen a la vez la historia y su conocimiento y, por cierto, lo hacen mostrando y elaborando la relación interna entre el pasado y el futuro antes, hoy o mañana. (KOSELLECK, 1993, p. 336)

Em tempos como os atuais, em que as identidades coletivas vão se perdendo cada vez mais, e em um continente marcada historicamente pelo medo ao outro,

medo esse que tem origem das sucessivas ocupações (LECHNER, 1990, p. 92), é forçoso reconhecer que o direito à memória surge como a possibilidade, como disse Hannah Arendt, de que os vencidos ao largo dos sucessivos conflitos sociais participem ativamente da construção de um sentido de comunidade.

Si es verdad que una cosa tanto en el mundo de lo histórico-político como en el de lo sensible sólo es real cuando se muestra y se percibe desde todas sus facetas, entonces siempre es necesaria una pluralidad de personas o pueblos y una pluralidad de puntos de vista para hacer posible la realidad y garantizar su persistencia. Dicho con otras palabras, el mundo sólo surge cuando hay diversas perspectivas, únicamente es en cada caso esta o aquella disposición de las cosas del mundo. (ARENDT, 2005, p. 117)

O valor do relato dos vencidos é amplamente reconhecido por historiadores, não se trata apenas do reconhecimento de versões diferentes dos mesmos fatos, mas de uma nova forma de compreender a experiência humana da derrota (KOSELLECK, 2001, p. 92). Mas além disso, se reconhece o valor dessas narrativas porque

a partir de sus impresionantes experiencias únicas surge una visión a largo plazo y de mayor fuerza esclarecedora. Puede que la historia – a corto plazo – sea hecha por los vencedores, pero los avances en el conocimiento de la historia – a largo plazo – se deben a los vencidos (KOSELLECK, 2001, p. 82).

O reconhecimento disso tudo não deixa dúvidas sobre a importância do direito à memória na construção da democracia. Já não se trata meramente de conhecer o passado para não repeti-lo, mas também de um trabalho coletivo para a superação de traumas vividos em comunidade, e de uma noção plural que permita que cada sujeito expresse suas formas de ver o mundo gozando de igual respeito por parte dos demais, respeito esse imprescindível a uma democracia que mereça este nome.

3. A Transição Democrática no Brasil

3.1 – A Lei de Anistia como marco inicial da transição lenta, gradual e controlada

A transição democrática brasileira, iniciada no final dos anos 70 se relaciona ao contexto mais amplo da terceira onda de redemocratizações, conforme a já mencionada terminologia de Samuel Huntington. A terceira onda se distingue das duas primeiras tanto cronologicamente quanto pelo fato de que foi um fenômeno observado sobretudo em países periféricos. Também por essa razão, as transições observadas nesse período ocorreram de uma forma consideravelmente menos uniformes do que as ondas democratizantes sucedidas no século XIX e ao final da Segunda Guerra Mundial.

Para dar conta da complexidade de tal fenômeno e analisar como esse processo se deu no Brasil, é útil recorrer ao quadro elaborado por HUNTINGTON, que agrupa as transições da terceira onda em três tipos ideais

A transformação (ou, na expressão de Linz, reforma) ocorreu quando as elites no poder lideraram a criação da democracia. A substituição (ruptura, para Linz) ocorreu quando tal papel foi desempenhado por grupos de oposição e o regime autoritário entrou em colapso ou foi derrubado. O que pode ser denominado de transtituição ou 'ruptforma' ocorreu quando a democratização resultou substancialmente de uma ação conjunta dos grupos no governo e na oposição. (1994, p.118)

Tipos ideais assim definidos porque em todos os casos a oposição e a situação participaram do processo, sendo que a tipologia proposta se baseia em qual grupo exerceu um papel preponderante.

Ao ter em conta que a Lei de Anistia (Lei 6683/1979) foi promulgada ainda na vigência do regime militar, não é difícil concluir que a transição democrática brasileira se deu por meio da transformação, mas é interessante analisar as razões pela qual isso ocorreu, uma vez que em sua vizinha, Argentina, o processo ocorreu por meio da substituição, com o colapso de um regime que durou substancialmente menos tempo do que a ditadura no Brasil.

Paulo ABRÃO e Marcelo D. TORELLY sugerem que foi possível aos militares conduzir o processo de abertura democrática lenta e gradual porque, além

de terem assumido o poder com apoio popular, os militares gozavam do prestígio por haver alçado o país a um patamar econômico que não havia sido atingido antes, o famoso “milagre econômico”, e porque o discurso ideológico de perseguição aos “subversivos” foi facilmente aceito pela sociedade da época.

Será graças à adesão social a esse discurso fundado no medo ao caos e na necessidade de progresso econômico que se desenvolverá o argumento dos opositores como inimigos e, posteriormente, da anistia como necessário pacto político de reconciliação recíproca, sob a cultura do medo e ameaça de uma nova instabilidade institucional ou retorno autoritário. (ABRÃO & TORELLY, 2011, p. 232)

Essas razões são bastante convincentes, mas é importante notar um aspecto institucional decisivo que possibilitou a vitória do projeto de lei de anistia defendido pelos militares. As condições para a aprovação do projeto de transição democrática lenta, gradual e segura foram estabelecidas no período mais duro da ditadura, com a edição do Ato Institucional nº 5. Graças a esse diploma, “A fiscalização permanente dos militares não permitiu qualquer possibilidade procedimental de questionamentos ou mudanças, por menores que fossem, no texto da lei.” (KRSTICEVIC & AFFONSO, 2011, p. 374)

Além da ideologia marcada pela bipolarização, do milagre econômico e do controle dos militares no processo de aprovação de leis por meio das regras estabelecidas no Ato Institucional nº 5, O'DONNELL (1984) faz uma análise da qual se pode extrair também uma razão sociológica para que o regime militar brasileiro pudesse controlar tão seguramente o processo de transição democrática, que num primeiro momento teve como ponto mais importante a aprovação da Lei de Anistia.

Estoy diciendo que la de Brasil es una sociedad más autoritaria, donde las clases dominadas son menos clases, y donde la violencia que garantiza ese orden está mucho más ‘normalizada’ que en la Argentina y también (aunque cada uno tiene su historia específica en la que no puedo internarme aquí) que en Chile y Uruguay. (O'DONNELL, 1984, p. 26)

Com isso se pode dizer que tanto na sua implantação, quanto na sua manutenção e também sua saída do poder, o regime militar brasileiro encontrou menos dificuldades do que seus vizinhos. Isso, evidentemente em nada altera a matéria ou substância das violações aos direitos humanos perpetradas pela ditadura no Brasil.

Una sociedad que se somete a 'Você sabe com quem está falando?' está tan autoritariamente articulada que tiene escasa fuerza para 'empujar' más allá de las liberalizaciones que, por sus propias razones, los que falan pueden concederle. Una sociedad así tiende a generar regímenes autoritarios más seguros de sí mismos, probablemente más exitosos, y menos represivos. (O'DONNELL, 1984, p. 41)

Assim, não resta dúvidas que a transição democrática brasileira, dentro do quadro estabelecido por Huntington, se desenvolveu dentro da modalidade de transformação, ou seja, foi do início ao fim direcionada pelo grupo que estava deixando o poder. Nesse contexto, cabe ressaltar que

Portanto, em virtualmente todos os regimes autoritários que iniciaram sua transformação para a democracia, um decreto de anistia foi parte do processo. Tais anistia tipicamente se aplicavam a quaisquer crimes cometidos, durante um período de tempo especificado, tanto pelos agentes do regime como por membros da oposição. Os regimes brasileiro e chileno decretaram tais anistias em 1979. (HUNTINGTON, 1994, p. 214)

Acrescenta o autor que nesses casos os agentes do regime autoritário não só tinham o poder de criar as referidas leis, como detinham também os meios para manter em vigor esses diplomas legislativos. Por tal razão "Argumentou-se que, como resultado, os regimes democráticos que a eles se sucederam não eram democracias reais, já que não tinham o poder de levar à justiça aqueles que, nos regimes autoritários, haviam cometido crimes." (HUNTINGTON, 1994, p. 214)

Olhando-se retrospectivamente, pode-se questionar por que é tão problemático que a aprovação da Lei de Anistia, em específico, e a transição democrática brasileira, em geral, tenham sido tão controladas pelos dirigentes militares, se ambas eram bandeiras defendidas amplamente pela sociedade civil. A resposta a essa pergunta passa pela compreensão dos projetos de abertura democrática que estavam em disputa naquele momento.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que não há um consenso em torno do fato de que a concessão de anistia representa um obstáculo à democratização. De fato, de um ponto de vista pragmático, se pode até sustentar que a anistia, em alguns casos é um passo essencial para uma transição menos conflituosa.

O debate sobre a anistia divide-se em três abordagens principais. Estudiosos e profissionais veem as anistias como mecanismos a serem contestados (abordagem contestadora), aprovados (abordagem proponente) ou parcialmente apoiados (abordagem contingente) (OLSEN; PAYNE & REITER, 2011, p.546).

Portanto, para que seja possível compreender o impacto da Lei de Anistia brasileira de 1979, é necessário ter em conta que quando se trata de justiça de transição, não há respostas prontas, a realidade local e a própria experiência é que demonstrarão qual é a melhor solução. Empiricamente, se pode sustentar que a concessão de anistias pode ajudar na consolidação da democracia.

nossos resultados indicam que as anistias são suscetíveis de trazer melhorias para a democracia e as medidas de direitos humanos quando os Estados as combinam com julgamentos ou com julgamentos e comissões da verdade. A partir dessas constatações, desenvolvemos uma abordagem alternativa – o ‘equilíbrio de justiça’ – para justiça transicional, na qual as anistias e os julgamentos, juntos desempenham um papel integral. (OLSEN; PAYNE & REITER, 2011, p.546)

Talvez o principal exemplo de transição que usou exitosamente o instituto das anistias seja o modelo adotado na África do Sul após o *apartheid*. Nesse modelo a própria concessão de anistia estava condicionada à efetiva colaboração com as investigações das Comissões da Verdade.

A Comissão se dirigia ao povo e por ele era permeada. Para que a verdade dos crimes do Apartheid fosse revelada pelos seus agentes e para que se pudesse fortalecer o espírito de reconciliação, optou-se pela concessão da anistia. Independente de ponderações críticas que possam ser feitas sobre a aceitação dessa saída restaurativa sul-africana, é indubitável que ela sinaliza para uma possibilidade de se permitir a anistia para crimes de lesa-humanidade, com a condição de que a anistia seja dissociada do exercício do esquecimento. (SILVA FILHO, 2011, p. 300)

Levar isso em consideração é essencial para compreender porque os mesmos grupos que participaram ativamente das discussões que levaram a aprovação da lei de anistia e que, a seu tempo celebraram a promulgação da lei, atualmente, de forma aparentemente contraditória, pedem a revisão da norma. Essa mudança de postura, mais do que revelar uma inconsistência ideológica, pode servir para demonstrar o poder de barganha que gozavam os militares ao negociar a redemocratização.

A sociedade não deixou de considerar a conquista da anistia, mesmo que limitada e ambígua, como uma conquista sua, como algo que a sociedade civil impunha à ditadura. Como a primeira derrota política do regime para as forças sociais pró-democráticas. É a partir dessa lei de anistia de 1979 que se inicia formalmente o processo de redemocratização. (ABRÃO, 2012, p. 111)

Esse cambio de posicionamento revela um fenômeno típico da historiografia, que é o fato de que cada momento histórico condiciona as possibilidades de construção de narrativas e concepções, isso é expressado por diversos pesquisadores da área.

O que o homem de uma dada época pode e o que não pode conceber sobre o mundo, eis o que a história das mentalidades pode se propor a mostrar, com o risco de deixar na indeterminação a questão de saber quem pensa assim por meio desse 'aparelhamento mental' (RICOEUR, 2007, p.201)

La recepción de los enunciados es más reveladora para la historia de las ideologías, que su producción, y cuando un autor se equivoca o miente, su texto no es menos significativo que cuando dice la verdad; lo importante es que la recepción del texto sea posible para los contemporáneos, o que así lo haya creído su productor. Desde este punto de vista, el concepto de 'falso' no es pertinente. (TODOROV, 1992, p. 60)

Além disso, a concessão de anistias não foi uma invenção ocorrida na terceira onda. Se é verdade que nas transições da segunda onda, ao fim da segunda guerra, a tendência geral foi de juízos e condenações pelas violações aos direitos humanos por parte de agentes do Estado, a não realização de julgamentos já havia sido observada historicamente em transições de um regime para outro, sendo observadas inclusive na segunda restauração ateniense.

Es pertinente señalar que normalmente la evaluación *ex post* era considerada por la mayoría una manifestación de democracia sin restricciones, pasible de conducir a 'excesos, injusticias, o a la simple ineficiencia', como cuando se castigaba a generales por derrotas que quizá se habían debido simplemente a la mala suerte. Por consiguiente, el hecho de conformar los jurados en beneficio de los oligarcas puede haber sido propuesto o aceptado por los demócratas para marcar su intención de abandonar formas extremas del gobierno popular. (ELSTER, 2006, p. 27)

Assim, a análise da eficácia e da utilidade (no sentido econômico do termo) da concessão de anistias deverá ser feita sempre com base no caso concreto. Sem embargo, não se pode descuidar que, em um nível abstrato, há uma relação direta entre a anistia e a amnésia. Essa relação tão íntima talvez não seja evidente em português, mas não escapou a Paul Ricoeur a similaridade entre as duas expressões na língua francesa, o que se repete também em inglês e em espanhol. Assim "A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de

memória que, como veremos mais adiante, a afasta do perdão após ter proposto sua simulação.” (RICOEUR, 2007, p.460)

Tendo em vista esse quadro geral de como se vê o tema da concessão de anistias no contexto da justiça de transição, é possível fazer uma análise da lei de anistia aprovada pelo regime militar em 1979. Essa análise passa em primeiro lugar pelo procedimento adotado nas discussões e deliberações anteriores a promulgação da lei e em seguida pelo conteúdo da lei e como ela foi interpretada ao longo do tempo.

O fato do golpe de 1964 ter ocorrido sem maiores resistências, de que as forças armadas contavam com grande capital moral por terem atendido seu objetivo declarado de impor (pela força) ordem a uma sociedade que fervilhava de movimentos sociais e pelo crescimento econômico no período, bem como a larga duração do regime militar atestavam a fragilidade da democracia que apenas nascia na transição iniciada ao fim dos anos 70. “Um golpe militar bem-sucedido obriga líderes políticos e militares a encarar a possibilidade de um segundo golpe. As democracias da terceira onda que se seguiram a regimes militares começaram a viver sob essa sombra.” (HUNTINGTON, 1994, p. 120)

Esse dado não poderia ser ignorado pelos opositores do regime justamente nesse momento tão decisivo, isso contribuiu para que a anistia fosse concedida e interpretada da forma como se deu. Mas também é possível enumerar um antecedente importante que legitimou a adoção de um projeto baseado na amnésia. Nesse sentido, Paloma AGULAR (2011, p. 419) levanta a possibilidade de que a Lei de Anistia espanhola tenha servido de inspiração às anistias adotadas na América do Sul, sobretudo no Brasil, Chile e Uruguai.

A comparação é válida no que diz respeito ao conteúdo das leis, entretanto quando se fala da Espanha de Franco, tem-se muito marcada a memória da guerra civil espanhola, que colocou frente a frente espanhóis. Dessa forma, nesse contexto estava efetivamente configurado um conflito entre dois lados armados, e a anistia se impôs como uma condição essencial à pacificação social. (idem)

A ‘transição sob controle’, de uma parte, trouxe uma vantagem extraordinária, pois não jogou brasileiros contra brasileiros, na possibilidade de uma luta armada fratricida. De outra parte, porém, trouxe desvantagens gritantes: impôs burocraticamente um conceito de perdão, que é o perdão através do qual os ofensores ‘perdoam’ os ofendidos, o que limita a adesão subjetiva à reconciliação e transforma-a principalmente num jogo de reparações materiais. (GENRO, 2012, p. 100)

A pacificação social é, portanto, um dos argumentos levantados pelos defensores da aplicação da lei de anistia como uma lei que impõe o esquecimento, é a questão da pragmática, já mencionada anteriormente.

É obviamente útil - é a palavra justa – lembrar que todo o mundo cometeu crimes, pôr um limite à revanche dos vencedores e evitar acrescentar os excessos da justiça ao do combate. Mais que tudo, é útil, como no tempo dos gregos e dos romanos, reafirmar a unidade nacional por uma cerimônia de linguagem, prolongada pelo cerimonial dos hinos e das celebrações públicas. Mas o defeito dessa unidade imaginária não seria o de apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado e, ao privar a opinião pública dos benefícios do *dissensos*, de condenar as memórias concorrentes a uma vida subterrânea malsã? (RICOEUR, 2007, p. 462)

Nesse sentido, RICOEUR em seguida sinalizará que a imposição desse esquecimento pode responder à necessidade de uma terapia social emergencial, na qual a *utilidade* é privilegiada em detrimento da *verdade*.

Ora, talvez na Espanha franquista, devido aos rancores da guerra civil espanhola, fizesse sentido falar na utilidade da imposição do esquecimento para a pacificação social. Entretanto, num Brasil em que a ditadura se arrastou por tanto tempo e que teve a sua saída condicionada muito mais por pressões internacionais e pela conveniência dos próprios militares do que pela resistência civil à ditadura, é difícil sustentar que uma lei de anistia com esse conteúdo tivesse essa utilidade.

De fato, sobre o modo de implantação do regime militar brasileiro é interessante notar que se manifestou da seguinte forma:

autoritarismo socialmente implantado por una sociedad y por un estado que fue, sólo en parte, 'subvertido' por quienes tal vez intentaron pero escasamente lograron sacudir el 'orden'; por eso fue relativamente fácil, y requirió mucho menos represión (aunque cada acto en particular fuera tan cósmicamente horrible como cualquier otro) decapitar esa amenaza. (O'DONNELL, 1984, p. 32)

Ao analisar a forma como se deu a aprovação da lei de anistia de 1979, é importante ressaltar um último fator que contribuiu para que o projeto defendido pelo regime militar triunfasse. Trata-se de que mesmo nos grupos sociais organizados em torno da causa não havia um consenso sobre a matéria.

Dessa forma, de um lado se apresentava o projeto de anistia defendido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia:

Alguns setores do movimento estudantil, articulados com as novas organizações de esquerda, eram contra a anistia por considerá-la reformista; sua palavra de ordem era 'Libertem nossos presos'. Contra a anistia eram também outros presos, que a entendiam como perdão e, como tal, não deveria ser uma bandeira com a qual os revolucionários pudessem se comprometer. No entanto, em todo o país, a maioria dos presos acreditava que a luta pela anistia, ampla, geral e irrestrita poderia ser um elemento aglutinador em torno do qual os movimentos sociais poderiam avançar nas suas reivindicações. (SOUSA, 2011, p.202)

Como se vê, as discussões no âmbito do CBA giravam em torno da necessidade de concessão de anistia aos presos políticos. Isso porque, na visão daqueles contrários à anistia, essas prisões eram de plano ilegais e não havia nada a ser perdoado. Em momento algum, entretanto, esteve em pauta a anistia pelos crimes cometidos pelos agentes do Estado.

Entretanto, esse Comitê não era o único grupo social envolvido com a edição de uma lei de anistia. Paralelamente, o Movimento Feminino pela Anistia e pelas Liberdades Democráticas (MFPA) militava por um outro modelo de anistia, o qual se alinhava mais com os anseios dos militares, de certa forma propunham uma anistia conservadora.

Para o MFPA [Movimento Feminino pela Anistia e pelas Liberdades Democráticas], a luta pela anistia deveria ser um movimento de reconciliação da nação consigo mesma, o que de alguma forma representava dialogar com a própria ideologia de segurança nacional ao ressaltar que a anistia tinha um objetivo nacional que assegurava que o destino da nação fosse de paz e reconciliação. (SOUSA, 2011, p. 200)

Segundo SOUSA (2011, p. 200), o projeto defendido pelo MFPA tinha como fundamentos um tripé baseado na reconciliação da família brasileira, na tradição do país em conceder anistias e no papel das mulheres na construção da paz. Não é difícil perceber a afinidade desse discurso com as forças conservadoras do regime militar, além disso, segundo esse projeto, o esquecimento era condição fundamental para o alcance da paz tão almejada, de modo que

Essa foi a concepção que terminou por se impor, algo próximo a uma 'desmemória plena'. E essa concepção ainda continua prevalecendo no discurso jurídico atual quando se discute o decreto de 28 de agosto de 1979. (SOUSA, 2011, p. 202)

Com a desarticulação da sociedade civil, decorrente evidentemente dos quase 15 anos de autoritarismo, e a tradição de submissão ante aos poderosos,

decorrente de séculos de hierarquização da sociedade, não foi difícil para os militares aprovarem o **seu** projeto de lei de anistia.

Diante desse quadro, por fim, é interessante observar de que modo o regime militar pôde controlar institucionalmente o processo de aprovação dessa lei

Em 1977, o Congresso foi fechado, tendo as regras da sua composição manipuladas com base no Ato Institucional Nº 5 para que nunca fosse possível a aprovação de um projeto de lei que contrariasse os interesses do governo ditatorial. O resultado disso foi que o projeto da Lei de Anistia enviado pelo governo Figueiredo ao Congresso Nacional fosse aprovado sem que nenhuma das objeções feitas pela oposição fossem admitidas em qualquer etapa do processo, portanto, sem nenhum acordo digno desse nome. (SILVA FILHO, 2011, p. 302)

O que fica claro nessa breve exposição do contexto em que se deu a aprovação da lei de anistia é que mesmo que o processo tenha ocorrido sob o intenso controle dos militares, baixo as regras do ato institucional mais antidemocrático outorgado pela ditadura e que, casualmente, o projeto aprovado tenha sido exatamente aquele defendido pelo próprio governo, levou muito tempo até que esse processo viesse a ser questionado.

Isso revela em primeiro lugar um fenômeno que já havia sido observado por HUNTINGTON sobre as *transformações* da terceira onda, o fato de que

Nesses e em outros casos de transformação, os regimes autoritários não apenas agiam em seu próprio interesse, ao legislar sobre a anistia, como também tinham o poder de fazer com que a anistia vigorasse. Argumentou-se que, como resultado, os regimes democráticos que a eles se sucederam não eram democracias reais, já que não tinham o poder de levar à justiça aqueles que, nos regimes autoritários, haviam cometido crimes. (HUNTINGTON, 1984, p. 214)

Mas revela também, a fragilidade da democracia que ali nascia, uma vez que se manifestava ainda o receio de que a distensão lenta, gradual e segura, controlada pelos militares, estancasse ou mesmo engatasse a marcha ré, em caso de qualquer ameaça à estabilidade desejada pelos governantes.

O terceiro elemento que é revelado pela ausência de contestação por tão largo tempo se refere justamente ao êxito obtido pelo projeto de anistia como amnésia. O problema é que a reconciliação assim se baseia numa premissa falsa de que o esquecimento pode substituir o perdão.

O tema da reconciliação invoca toda uma tradição filosófica e teológica em torno de noções relacionadas ao perdão, ao dom e ao arrependimento. E uma coisa é certa: ao contrário do que parece indicar o sentido tradicional da anistia, sem a realização do necessário exercício de memória a reconciliação não pode acontecer. (SILVA FILHO, 2011, p. 292)

O perdão requer não só a lembrança dos atos, mas também um exercício de reflexão, oportunidade que foi impedida ou postergada pela vitória da noção da anistia como amnésia, e com isso, não surpreende o dado de que “o Brasil experimentou um maior declínio em suas práticas em direitos humanos do que qualquer outro país em transição na região. O caso do Brasil sugere que a transição para a democracia, por si só, não garante uma melhoria nas práticas dos direitos humanos básicos.” (KRSTICEVIC, 2011, p. 384)

Essa informação mais do que nada corrobora o raciocínio apresentado por Hannah ARENDT

Y en relación con esto, sólo un poco menos peligroso, está otro fenómeno moderno muy común: la difundida tendencia a negarse a juzgar sin más. De la reticencia o incapacidad para elegir los ejemplos y la compañía de uno, y de la reticencia o incapacidad para relacionarse con los demás mediante el juicio, nacen los verdaderos *skándala*, las auténticas causas de tropiezo que los poderes humanos no pueden eliminar porque no se deben a motivaciones humanas y humanamente comprensibles. Ahí radica el horror y, al mismo tiempo, la banalidad del mal. (ARENDT, 2007, p. 150)

Entretanto, se a aprovação da Lei 6683/79 foi um evento pontual, a construção hermenêutica que deu-lhe o sentido de amnésia foi um processo contínuo. E da mesma forma os traumas deixados por esse bloqueio seguem manifestando-se até os dias de hoje, por essa razão cabe discutir como esse diploma legal foi interpretado ao longo das últimas décadas.

3.2 – O Poder Judiciário e a Lei de Anistia

É, portanto, necessário ter em conta que a concessão de anistia consistiu na solução institucional encontrada para que a transição democrática fosse possível, e se por um lado serviu para apaziguar os embates presentes na sociedade, por outro silenciou a vários setores da sociedade, criando uma narrativa linear. Com base

nessa narrativa se construiu a história oficial do período, que não encerra toda a verdade dos fatos.

Assim, a lei 6683/79 dispõe já no seu artigo primeiro sobre os atos que serão anistiados, bem como o período em que foram praticados para que sejam alvo de anistia. Dessa forma, consideram-se anistiados todos os servidores públicos, militares ou representantes sindicais que foram punidos com base nos Atos Institucionais ou complementares no período de 2 de setembro de 1961 até 15 de agosto de 1979.

Segundo o texto legal, estariam incluídos todos aqueles que cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, ou ainda aqueles que tiveram suspensos seus direitos políticos no mesmo período mencionado. A conexão ao crime político é identificada como sendo a existência de qualquer relação com um crime político ou cometido por motivações políticas.

De pronto cabe observar que o marco inicial da anistia é aproximadamente dois anos antes da instauração do regime militar, o que revela a agitação popular que antecedeu o golpe. Esse fato é relevante para explicar porque os militares contaram com o apoio de grande parte da sociedade no momento de implantação da ditadura.

Se temporalmente o próprio texto legal já apresentava-se bastante amplo, incluindo mesmo atos cometidos antes da instauração do regime militar, em relação ao conteúdo a lei foi um pouco menos extensa, já que o §2º do artigo 1º excetuou da sua aplicação aqueles que foram condenados por atos de terrorismo, sequestro, assalto ou atentado pessoal.

Conforme visto anteriormente, havia várias opiniões sobre como deveria ser concedida a anistia aos crimes políticos cometidos durante a vigência do regime de exceção, e uma parte considerável da sociedade civil aspirava uma anistia ampla, geral e irrestrita. Essa tese não prosperou num Congresso fortemente controlado pelo Poder Executivo e o texto aprovado previu as já mencionadas exceções.

Longe de lograr o objetivo de silenciar as vozes dissidentes, o texto tal como foi aprovado fez com que esses segmentos acudissem ao judiciário. Nesse processo, a omissão do Poder Judiciário em assegurar a devida proteção aos direitos das vítimas foi tão gritante que autorizou a intervenção da jurisdição internacional da Corte Interamericana de Direitos Humanos, instância que condenou

o Brasil no Caso Julia Gomes Lund e Outros vs Brasil, mais conhecido como o caso Guerrilha do Araguaia.

Não obstante o sofrimento das vítimas, as tendências do direito internacional no sentido de determinar a investigação e responsabilização dos culpados por crimes contra os direitos humanos, a efetiva condenação do Brasil por uma Corte internacional ao qual o país reconhece constitucionalmente a jurisdição e o longo período decorrente entre a promulgação da lei de anistia e essa sentença (o que, em última instância, aliviaria a pressão que o regime anterior pudesse exercer sobre o poder judiciário), ao manifestar-se sobre o conteúdo da Lei de Anistia, o Supremo Tribunal Federal acabou ampliando radicalmente seu âmbito de aplicação.

Com a crescente evidenciação de que muitos desaparecimentos e mortes eram produto da ação estatal, cresceu a pressão social por investigações dos delitos, o que levou o judiciário – ressalte-se controlado pelo regime – a sistematicamente ampliar interpretativamente o espectro de abrangência da lei, passando a considerar ‘conexos aos crimes políticos’ os crimes dos agentes de Estado e, ainda, a aplicar a Lei até para crimes ocorridos pós-1979, fora da validade temporal da Lei (como para os responsáveis pelo Caso Riocentro em 1981) sob o manto do princípio da ‘pacificação nacional’. (ABRÃO, 2012, p. 68)

Essa interpretação ampliou decisivamente a aplicação da Lei de Anistia, conferindo-lhe um sentido de perdão para os dois lados que era particularmente conveniente aos agentes da ditadura que agora preparavam o terreno para a distensão democrática. Com isso, fica evidente outro aspecto curioso da ditadura brasileira, o fato de que havia uma articulação, ou no mínimo uma curiosa coincidência de interesses, entre o Poder Executivo, controlado pelos militares, e pelo Poder Judiciário, ocupado por civis, revela que a ditadura não foi exclusivamente militar, e sim cívico-militar.

Como visto, é o Judiciário que aceita a tese de que todos os crimes do regime seriam conexos aos crimes da resistência (como se essa precedesse àqueles), e consagra formalmente a tese jamais expressa no texto legal de que um entendimento entre os ‘dois lados’ haveria gerado o consenso necessário para a transição política brasileira. Essa constatação permite vislumbrar outra característica político-institucional importante da ditadura e da transição brasileira: o Judiciário aderiu ao regime. (ABRÃO & TORELLY, 2011, p. 235)

Com isso foram postas na mesa todas as cartas necessárias para a construção interpretativa de que a anistia havia colocado um ponto final nos conflitos

sociais que estavam presentes desde os anos 60 e foram calados, em todo o subcontinente, por meio de golpes militares, e que todos saíam satisfeitos.

Entretanto, se do ponto de vista meramente pragmático a solução institucional encontrada pelos militares parecia bastante apropriada, para as vítimas e suas famílias a ideia de haver sido ‘perdoados’ não fazia o menor sentido.

as expectativas de ser reconhecidos em suas ações e atitudes em relação a um regime ditatorial totalmente ilegítimo são completamente frustradas dentro desse cenário. O que ocorre é que a tese do ‘acordo político’ reforça um horizonte valorativo, constituído ainda durante o regime ditatorial, responsável pela depreciação das opções políticas daqueles que decidiram se insurgir às arbitrariedades do Estado, e que permanece constituído mesmo durante o processo de transição, dificultando uma nova compreensão histórica sobre os atos ocorridos. (BAGGIO, 2011, p 263)

Essa reflexão é particularmente importante porque reforça a ideia de que a Lei de Anistia consistiu numa lei de esquecimento, vez que através dela se legitimou a interpretação oficial dos fatos, borrando, pela via inversa, a memória daqueles que lutaram baixo outras bandeiras no período.

O que Baggio propõe é justamente que o reconhecimento é parte indispensável de um processo de transição, isso porque, sob o signo do inimigo objetivo, todos os opositores tiveram sua subjetividade negada, num processo que a autora define como desintegração social, que precisa ser invertido.

3.2.1 – *Caso Gomes Lund y Otros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)*

Às vítimas e seus familiares, a lei de anistia, em seu artigo 6º, assegurou a possibilidade de buscar, junto ao Poder Judiciário, a declaração de ausência da pessoa envolvida com atividades políticas e desaparecida sem dar notícias há mais de um ano. Com isso se salvaguardavam os direitos patrimoniais dos familiares, mas por outro lado se borrava a existência de um ser humano.

É que obviamente não é o mesmo ser um ausente que ser uma pessoa que, por suas convicções políticas, foi vítima de qualquer uma das já mencionadas práticas de sequestro, tortura e assassinato que marcaram o tratamento conferido pelo regime militar a seus opositores. Por tal razão, várias famílias interpelaram o

Poder Judiciário, para que obrigasse o Estado brasileiro a prestar informações sobre o paradeiro de seus entes queridos.

Uma dessas ações ganhou repercussão internacional ao ser objeto de julgamento pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, trata-se do caso da Guerrilha do Araguaia. Nessa ocasião, já em 1982, as famílias desse grupo de guerrilheiros ingressaram com uma ação na qual buscavam informações sobre as circunstâncias de desaparecimento, localização dos mesmos e, caso estivessem mortos, a entrega de seus restos mortais.

Depois de lutas legais e sociais infrutíferas no âmbito nacional, ficaram convencidos que somente uma decisão internacional impulsionará mudanças estruturais que permitirão a transposição de obstáculos à responsabilização dos envolvidos nos crimes da ditadura, e refletirá pedagogicamente no fortalecimento dos princípios democráticos. (KRSTICEVIC & AFFONSO, 2011, p. 356)

Diante desse quadro, em 1995, 13 anos após iniciada a demanda, as famílias levaram suas queixas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O trâmite na Comissão até que o processo fosse levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos levaria mais 13 anos, entretanto esse caso é relevante porque trouxe ao espaço público novamente as discussões sobre o direito a memória, sua importância e a dificuldade que o país teve em manejá-lo.

Essa mesma Corte já firmou entendimento a respeito de crimes contra a humanidade, no sentido observado “na sentença no Caso Almonacid Arellano e outros x Chile considerou que os crimes contra a humanidade ‘incluem o cometimento de atos inumanos como o assassinato, perpetrados em um contexto de ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil’ (ABRÃO & GENRO, 2012, p. 35).

Ainda segundo a Corte decidiu nesse caso, o cometimento de um ato como o descrito acima configura crime de lesa-humanidade, e a responsabilização penal dos envolvidos é obrigatória conforme as normas do Direito Internacional.

Havendo posição firmada no Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos não só em relação ao conceito de crime de lesa-humanidade, mas também em relação a necessária penalização dos responsáveis, cabe investigar o tratamento conferido pelo Direito Internacional ao tema das anistias.

Em relação a concessão de anistias, a mesma Corte já firmou entendimento, conforme se manifestou no caso Barrios Altos, decidindo que

‘são inadmissíveis as disposições de anistia’ sobre graves violações aos direitos humanos. Ela considera que existe manifesta incompatibilidade entre as leis de autoanistia e a Convenção Americana sobre direitos humanos e que as mencionadas leis carecem de efeitos jurídicos e não podem representar um obstáculo para a investigação dos fatos nem para a identificação e castigo dos responsáveis pelos crimes. (ABRÃO & GENRO, 2012, p. 36)

Essa decisão, se coloca em cheque a interpretação dada a Lei de Anistia de 1979 por parte da jurisprudência brasileira, por outro lado data de 2001, de forma que pode-se questionar a eficácia da sentença contra um suposto direito adquirido a anistia por parte dos militares. Dessa forma, faz-se interessante entender como outros órgãos internacionais se posicionam em relação à concessão de anistias. Como já foi mencionado antes, a utilização de anistias para a pacificação social é um expediente utilizado já há muito tempo, por essa razão, é necessário estabelecer um marco temporal para a interpretação das anistias.

Apesar das anistias políticas terem sido usadas há milênios, o âmbito temporal do Banco de Dados da Lei de Anistia é restrito para anistias que foram introduzidas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Essa data limite foi selecionada pois foi a partir de 1945 que o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional começaram a se desenvolver. (MALLINDER, 2011, p. 483)

É, portanto, a partir do final da Segunda Guerra que a concessão de anistias passa a ser um tema relevante para o Direito Penal Internacional. Nesse sentido, os diversos órgãos tem se manifestado de forma não necessariamente homogênea, mas é possível perceber algumas tendências, sobretudo em relação às ditas anistias “em branco”, como foi a prevista na lei 6683/79.

A situação atual é, seguramente, instável, oferecendo uma visão momentânea de um processo de desenvolvimento com um longo e complexo arco. Esse arco, de fato, leva na direção da justiça: na perspectiva unilateral das autoanistias internas, das anistias em branco, no Cone Sul na década de 1970 e 1980, não seria hoje concebível qualquer tipo de reconhecimento jurídico internacional e até mesmo internamente, ou seja, tais anistias em branco tem pouca perspectiva de longo prazo e legitimidade política. (PENSKEY, 2011, p. 98)

O exemplo mais acabado da ineficácia das leis de anistia em branco concedidas pelos próprios violadores de direitos humanos no âmbito internacional é provavelmente o julgamento do ex-ditador chileno Pinochet, localizado em Londres e condenado por uma Corte espanhola (ELSTER, 2006, p. 95).

O texto da lei de anistia restringia temporal e materialmente o seu objeto de incidência e o Poder Judiciário tratou de ampliá-la muito além do que o texto legal previa, ratificando o seu papel de uma lei de esquecimento em nome da pacificação social, por outro lado pressões tanto internas, das vítimas e seus familiares, como externas, de organizações e tribunais internacionais, impediram que esse consenso forçado levasse a uma completa amnésia sobre as graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado durante a ditadura militar.

A falta de legitimidade de uma lei de auto anistia e a cada vez mais firmada posição do direito internacional em relação a essa modalidade de anistia obrigou o Estado brasileiro a manifestar-se sobre as violações ocorridas na vigência do regime militar. Essa pressão se expressou mais fortemente quando o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, regulamentando o artigo 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que recepcionou a Lei 6683/79 no novo ordenamento jurídico, editou a Medida Provisória 2151/2001.

Esse diploma legal dispõe sobre o regime do anistiado político, sobre as condições para a declaração de anistiado político e sobre as reparações econômicas, além de criar, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, competente para analisar os pedidos de declaração de anistiado político, as concessões de reparação econômica e os seus respectivos pagamentos.

3.2.2 – Comissão de Anistia

A Medida Provisória referida acima foi revogada no ano seguinte, pela Medida Provisória 65/2002, posteriormente convertida na lei 10.559/2002. Segundo a exposição de motivos desse diploma legal, representantes dos anistiados políticos interpelaram os parlamentares e o Poder Executivo para ampliar não só o rol de direitos, mas também as hipóteses de declaração de anistiado político e a isenção de Imposto de Renda sobre o valor pago a título de reparação pela perseguição ocorrida sob o regime do estado de exceção.

A solução encontrada pelo Estado brasileiro, ainda que de forma bastante postergada, para a valorização das vítimas, revela por um lado a fragilidade do argumento de que o mero esquecimento seria capaz, por si só, de construir as bases de uma sociedade democrática e, por outro, pela via inversa, a importância em recordar os traumas do passado.

Entretanto, o fato de que a lei 10.559/2002 conferia demasiada ênfase ao aspecto patrimonial das reparações não passou despercebido, e pela mesma razão foi alvo de críticas

A reparação envolve, entre outras medidas, o reconhecimento público do direito de resistência dos que lutaram contra a opressão e sofreram consequências físicas e psicológicas em razão dessa luta. Em um processo transicional vincula-se a uma concepção de justiça como reconhecimento, porquanto sua preocupação maior não é somente a de efetivar a distribuição de bens materiais e sociais, mas promover o aumento da integração social como forma de colaborar com a reconciliação ou com a paz social ou com o aprofundamento democrático. (ABRÃO & GENRO, 2012, p. 41)

ENGRSTROM (2011) ressalta que as soluções encontradas no período imediatamente posterior às transições democráticas podem, com o passar do tempo perder a sua utilidade, de modo que não há porque os Estados se comprometerem com um conjunto de medidas e não revisá-las ao longo do tempo. Acrescenta ainda que várias soluções diferentes foram adotadas na região do Cone Sul da América do Sul e ressalta que “O resultado do envolvimento do IAHRs com a justiça de transição e as anistias, em particular, é agora um amplo conjunto de direitos dos Estados, dos direitos das vítimas e das famílias, e ordens de reparação exigindo que os Estados reavaliem as barganhas políticas do passado.” (ENGSTROM, 2011, p. 138)

Essa tendência não passou despercebida pela Comissão de Anistia, e já a partir de 2007 foi possível observar uma mudança no seu modo de atuar. Assim, a partir desse momento, ao lado da reparação econômica concedida aos anistiados políticos, a Comissão passou a formalizar pedidos de desculpas em nome do Estado brasileiro. Tal medida foi bastante elogiada por investigadores da área.

A partir de 2007, a Comissão de Anistia passou a formalmente ‘pedir desculpas oficiais’ pelos erros cometidos pelo Estado consubstanciado no ato declaratório de anistia política. Corrigiu-se, dentro das balizas legais existentes, o desvirtuamento interpretativo que dava ao texto legal uma leitura economicista, uma vez que a anistia não poderia ser vista como a

imposição da amnésia ou como ato de esquecimento ou de suposto e ilógico perdão do Estado a quem ele mesmo perseguiu e estigmatizou como subversivo ou criminoso. (ABRÃO & TORELLY, 2011, p. 222)

Essa mudança é importante porque não se pode resumir as perdas das vítimas do regime militar apenas ao seu caráter econômico. Se não se pode negar que a perseguição institucional, ao forçar demissões, exonerações, desligamentos e transferências, provocou severas perdas patrimoniais a seus alvos, não se pode ignorar que em tais atos estava presente todo um contexto de negação da sociabilidade política.

Cabe lembrar que a estigmatização, no contexto totalitário, carrega consigo a figura do inimigo objetivo, este se trata de um indivíduo cujos interesses não são os mesmos da nação, portanto a sua perseguição era não só independente de culpa, como responsabilidade de todos.

A inserção oficial do pedido de perdão no rito dos julgamentos da Comissão de Anistia, que consolida uma forma de reparação moral e não pecuniária, é uma estratégia concreta de valorização do papel daqueles que exerceram com legitimidade seu direito de resistência contra o Estado autoritário, reconhecendo sua importância histórica e contrapondo frontalmente o processo de desvalorização desse grupo na sociedade brasileira. (BAGGIO, 2011, p. 267)

Nesse sentido, é possível afirmar que essa virada semântica, representada pelo pedido de perdão, em nome do Estado, pela perseguição ilegal, consiste ao mesmo tempo em um reconhecimento e em uma negação. Em primeiro lugar, se reconhece a importância da vítima e de seus ideais na construção da democracia, e em segundo lugar, se nega o sentido construído até então para a anistia.

Sendo assim, a anistia deixa de operar no sentido de ser um perdão para os dois lados e a teoria dos dois demônios queda torta. Ora, se o Estado brasileiro se desculpa com as suas vítimas e a estas nunca se lhes ocorreu pedir perdão, já que sempre entenderam-se alvo de uma perseguição ilegal por parte de um regime sem legitimidade, estão abertas as portas para uma revisão da lei de anistia conforme ela vinha sendo interpretada até então.

3.2.3 – A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153

A mais recente batalha em relação à lei de anistia se deu no âmbito da mais alta corte brasileira, o Supremo Tribunal Federal. Nesse caso, a Ordem dos Advogados do Brasil interpelou o Poder Judiciário por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, trata-se da ADPF 153.

Na demanda, que teve a participação como *amici curiae* de diversas organizações sociais, a saber, a Associação de Juízes para a Democracia, Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional, Associação Brasileira de Anistiados Políticos e a Associação Democrática e Nacionalista de Militares,

Alegou a OAB, entre outros argumentos, que o dispositivo em pauta não foi objeto de recepção pela Constituição Federal de 1988, cujo artigo 5º, XLIII reputa crime de tortura como insusceptível de anistia ou graça; e que a Corte Interamericana de Direitos Humanos já decidiu, em ao menos cinco casos, pela nulidade da 'autoanistia criminal decretada por governantes'. (VENTURA, 2011, p. 312)

Como se vê, os argumentos trazidos pela OAB não chegam a ser novidade em relação ao que se discutia em torno da anistia no Direito Penal Internacional desde o fim da Segunda-Guerra Mundial e menos ainda quando se analisa o posicionamento dos organismos internacionais em relação às transições democráticas da terceira onda, que consideram indispensável a responsabilização dos agentes que cometeram crimes de lesa-humanidade.

Se a argumentação apresentada para fundamentar a ADPF 153 não representava nenhuma novidade em relação ao pensamento mais contemporâneo sobre as anistias (muito ao contrário, se fundamentava em ampla pesquisa bibliográfica e jurisprudencial sobre o tema), a decisão proferida pelo STF surpreendeu ao apresentar a mesma argumentação conservadora que havia fundamentado a interpretação da lei de anistia como uma lei de amnésia três décadas atrás. (VENTURA, 2011, p. 325)

No caso da ADPF 153, a decisão do STF, em apertada síntese, reconheceu como legítima a interpretação dada à lei, fundamentando-se na ideia de que a anistia surgiu de um pacto bilateral e, ainda, constituiu-se em pilar da democratização e do Estado de Direito no Brasil. Dessa feita, a Suprema Corte (i) reconheceu no regime iniciado após o golpe de Estado de 1964 os elementos essenciais de um Estado de Direito e (ii) considerou legítimo o suposto pacto político contido na Lei de Anistia, que mesmo sendo medida política teria o condão de subtrair um conjunto de atividades delitivas da esfera de atuação do Poder Judiciário, cujo efeito prático é a negação do

direito à proteção judicial aos cidadãos violados em seus direitos fundamentais pelo regime militar. (ABRÃO & TORELLY, 2011, p. 240)

O teor da decisão choca em primeiro lugar porque, passado tanto tempo, os ministros já não são os mesmos que ratificaram o entendimento anterior sobre a lei de anistia, de forma que não tem, atualmente, nenhuma relação direta com os agentes do regime militar. Em segundo lugar, choca porque os ministros adotaram uma forma de raciocínio bastante contraditória em alguns pontos, no que Deisy VENTURA chega a classificar de positivismo *à la carte*

tributário de sua própria lógica, o puro positivismo não permite escolher, entre as convenções internacionais, apenas aquelas que não estão em vigor, e somente para refutá-las, ignorando em absoluto as que são perfeitamente vigentes, mas não servem a dado escopo. Inova o STF, nesse caso, ao praticar uma espécie de positivismo *à la carte*, e não sem profundas consequências. Independentemente do teor do veredicto, *tivesse a Corte enfrentado a questão de saber se as graves violações de Direitos Humanos praticadas por agentes públicos durante o regime militar configuram ou não crimes internacionais ou crimes contra a humanidade, o debate no STF teria ocorrido em diapasão doutrinário, legal e jurisprudencial radicalmente diverso.* (VENTURA, 2011, p.325)

Essa contradição ou ruído entre a forma e o conteúdo da fundamentação jurídica não passou despercebido pelos arguentes, que interpuseram Embargos de Declaração em 2011, os quais até hoje não foram julgados. A mesma indignação levou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) a promover a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 320, que atualmente corre em apenso à ADPF 153.

Nessa nova ação, ressaltam os arguentes que o STF já firmou a posição no sentido de que alguns crimes cometidos pelos agentes do regime de exceção consistem em crimes permanentes, de forma que subsistem no tempo até a sua consumação, que portanto só teria ocorrido após o período acobertado (e talvez essa seja a expressão adequada) pela lei 6683/79.

Essa “esquizofrenia” é o que fornece o substrato da afirmação de VENTURA no sentido de que o STF adotaria um positivismo *à la carte*, e foi justamente num caso de Direito Internacional que a Corte Constitucional brasileira manifestou-se sobre a continuidade de crimes como ocultação de cadáver e desaparecimento forçado de pessoas. No caso em questão, o Estado argentino foi quem contribuiu para a construção desse entendimento.

Não de forma deliberada, mas ao solicitar à Corte Suprema brasileira a extradição do General Cordero. Ao autorizar a referida extradição, a Corte Suprema brasileira afirmou que se tratava de um crime permanente e que, portanto, ele poderia ser apurado nos dias de hoje. Isso pode gerar efeitos no próprio caso brasileiro, vez que permite entender que a nossa própria lei de anistia não poderia alcançar, por exemplo, todos os crimes de desaparecimento forçado, pois estes se estendem para depois de 1979. Tratando-se de crimes permanentes, estão sendo cometidos até hoje, não estão sob o espectro de abrangência da lei de anistia e, portanto, deveriam ser investigados nos dias de hoje. (ABRÃO, 2012, p. 119)

Esse breve relato demonstra ao mesmo tempo como foi construída a interpretação da lei de anistia como um pacto político amplo que permitiu a redemocratização, como essa lei se tornou uma lei de esquecimento graças à convivência do Poder Judiciário (ocupado por civis) com o regime militar, e, acima de tudo, como o direito à memória, mesmo após mais de três décadas, nunca deixou de ser um espaço em disputa.

3.3 – Comissão Nacional da verdade

A história da Lei de Anistia e de como ela foi interpretada ao longo das últimas três décadas obstaculizou, pelo menos até o momento, a responsabilização penal dos envolvidos nas graves violações aos direitos humanos. Porém, a análise dessa mesma história sob a perspectiva das vítimas, seus familiares e organizações sociais ligadas a defesa desses direitos revela que essa discussão não só não está encerrada, como vai muito além da mera reparação pecuniária ou da responsabilização dos autores.

O que se percebe ao longo de toda essa trajetória é que esteve sempre presente a demanda por uma reparação histórica, ou seja, a reconstrução da verdade dos fatos com base em outras fontes além dos documentos oficiais ou, ao menos, a reinterpretação dessas mesmas fontes a partir da perspectiva daqueles que outrora foram declarados inimigos do Estado brasileiro.

Essa demanda pela efetivação do direito à memória e à verdade, segundo RICOEUR (2007, p. 102), se baseia em um imperativo de justiça por três razões distintas. A primeira razão que fundamenta o direito à memória num imperativo de justiça é que a justiça é uma virtude que se baseia na alteridade, dessa forma, o

dever (na expressão do autor) de memória se relaciona à lembrança do outro, que não o próprio eu.

A segunda razão diz respeito ao conceito de dívida, que se distancia da culpabilidade, nesse sentido também se posicionou ARENDT “Y en lo que respecta a ‘nación’, es obvio que cada generación, por el hecho de haber nacido dentro de un continuo histórico, debe cargar con los pecados de los padres en la misma medida en que se beneficia de las actuaciones de sus antecesores.” (ARENDT, 2007, p. 57).

Por fim, o terceiro fundamento pelo qual o direito à memória se apresenta como um imperativo de justiça se relaciona com a prioridade às vítimas. Essa especial classe de “credores”, por assim dizer, foi alvo de uma perseguição absolutamente injusta. Sendo assim, valorizar a sua interpretação dos fatos é essencial para a restauração da justiça outrora violada.

Assim que o PNDH-3 reconheceu a relevância da efetivação do direito à memória e, em novembro de 2011, a então Presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou a lei 12.528/2011, por meio da qual foi criada a Comissão Nacional da Verdade. Segundo o texto da lei, que faz referência ao artigo 8º das ADCT, o objetivo da Comissão da Verdade é examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 18 de setembro de 1946 e a promulgação da Constituição Federal, com o fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, além de promover a reconciliação nacional.

Está presente, já no seu artigo 1º, o reconhecimento por parte do Estado brasileiro de que, pese as mais de três décadas passadas entre a promulgação da lei de anistia (suposto carro-chefe da abertura democrática segura, gradual e controlada), não só não se concluiu a transição democrática, no sentido da reconciliação nacional, como quedaram pendentes a apuração da verdade histórica e a promoção do direito a memória em relação às violações dos direitos humanos praticadas durante o estado de exceção.

Na exposição de motivos da Lei 12.528/11, é ressaltada a importância do reconhecimento ao direito à memória e à verdade por parte da Organização das Nações Unidas e por parte da Organização dos Estados Americanos. Além disso, nesse mesmo documento é feita uma retrospectiva de todos os diplomas legais que trataram de promover o acesso à informação cada vez mais amplo, sobretudo em relação ao período posterior à vigência da atual Constituição Federal.

Por isso, ressalta-se, ainda na exposição de motivos da lei que é imprescindível resgatar a memória e a verdade sobre as violações de direitos humanos ocorridas no período disposto no artigo 8º das ADCT para que tais acontecimentos não voltem a fazer parte da história brasileira, e que esse resgate visa também fortalecer o espírito democrático da República Federativa do Brasil.

Mesmo passado tanto tempo do fim do regime militar, é possível observar mesmo na exposição de motivos da Lei 12.528/11 a preocupação do Poder Legislativo com alguma possível retaliação ou resistência dos grupos que estiveram envolvidos com o Poder no período da ditadura. Porque embora a Comissão possua amplos poderes de investigação, se destaca o fato de que não terão caráter jurisdicional nem persecutório.

Isso não se trata de uma novidade brasileira, na verdade, embora as Comissões da Verdade não tenham uma história tão antiga quanto as anistias, e de fato tenham ganhado mais relevância justamente a partir dos anos 80, em geral o compromisso com a “conciliação” levou a que não se apontassem os responsáveis pelos fatos investigados.

La mayor parte de las aproximadamente veinte comisiones de la verdad que han sido establecidas desde 1982 ni siquiera han señalado a los autores de los crímenes, y menos aun han propuesto que se los castigara. La principal excepción es la comisión de Sudáfrica, pero incluso aquí el conocimiento de los crímenes de motivación política no conduce al enjuiciamiento. (ELSTER, 2007, p. 140)

Outra exceção a essa regra foi a *Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas- CONADEP*, na vizinha Argentina.

Aun cuando no se explicitara con claridad, la Comisión dio a conocer nombres de responsables de las violaciones de DDHH que surgieron de los testimonios y de las denuncias registradas, realizando las salvedades del caso: ‘esta Comisión Nacional no les asigna la responsabilidad que la referencia del caso pudiera sugerir, en tanto carece de facultades para ello y en razón de que tal facultad es privativa Del Poder Judicial en el ordenamiento constitucional argentino’. (FUNES, 2001, p. 48)

E de fato, conforme ALFONSÍN, as informações produzidas pela CONADEP realmente serviram para instruir processos judiciais contra os agentes responsáveis pela realização de crimes contra a humanidade. “El caudal de información que reunió resultó decisivo para que la Fiscalía pudiera elaborar y formular en un lapso breve su acusación en el juicio a las Juntas Militares. También sirvió para las

acusaciones en otros juicios iniciados contra el personal de seguridad y militar involucrado.” (ALFONSÍN, 2004, p. 39)

Se é certo que no Direito Penal Internacional está presente a obrigação de responsabilizar os autores de crimes de lesa-humanidade, não se pode ignorar que a história das democracias na América do Sul ao longo do século XX demonstra a sua fragilidade em relação aos governos militares. “Los políticos en tiempos democráticos se mostraban tan satisfechos de lograr un respiro de autoritarismo que no se arriesgaban a enfrentamientos que los pudieran debilitar.” (NINO, 2006, p. 76)

Sendo assim, não surpreende que quando começam a ser julgados os autores indicados pela CONADEP pelos tribunais nacionais, o Presidente Raul Alfonsín enfrentou seu momento de maior instabilidade política, com um grupo de militares aquartelados e uma multidão em frente à Casa Rosada disposta a marchar contra aquela base militar.

Pela mesma razão, tampouco surpreende a preocupação do legislador brasileiro em *destacar*, claramente a utilização dessa expressão não foi fortuita, senão que cuidadosamente escolhida, que a Comissão da Verdade não possuía as faculdades jurisdicionais ou persecutórias.

E assim é criada a Comissão Nacional da Verdade, com os objetivos elencados no seu artigo 3º, a saber:

- I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no **caput** do art. 1º;
- II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
- III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no **caput** do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
- V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;
- VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e
- VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Para realizar tão ampla gama de objetivos, à Comissão Nacional da Verdade se atribuiu uma série de faculdades de investigação, inclusive no sentido de poder requerer do Poder Judiciário qualquer informação necessária ao desempenho de suas atividades.

A Comissão Nacional da Verdade em comparação à CONADEP argentina, detém as mesmas faculdades de investigação, entretanto em relação a esta, a CNV apresenta por um lado a limitação à atribuição de responsabilidade criminal aos agentes, impedimento produzido pela própria interpretação dada à lei de anistia, mas por outro teve mais tempo para realizar seus trabalhos, o que vai ao encontro das críticas formuladas à CONADEP em razão do exíguo período em que realizou suas atividades, que duraram 180 dias (NINO, 2006, p. 125).

Sobre essa limitação temporal, e outras impostas à CONADEP, se manifestou Patrícia FUNES

Por otra parte hay que señalar que La labor de las Comisiones, aunque voluntariosa y em algún sentido voluntarista, contó com limites muy concretos de tiempo, recursos materiales y humanos y, sobre todo, de fuentes y archivos. El boicot y El 'pacto de silencio' explícito de las Fuerzas Armadas obstaculizaron El acceso a La información. (FUNES, 2001, p. 59)

Nesse sentido não é demais ressaltar a importância de outros diplomas legais, tais quais a Lei de Acesso à Informação, além de outros dispositivos previstos na Lei 12.528/11, como a criação dos cargos remunerados para os membros da Comissão e a garantia da duração de dois anos a partir da sua instalação, a qual foi posteriormente prorrogada até o dia 16 de dezembro de 2014, quando foi entregue o relatório final com suas conclusões e recomendações.

4. Problemas e Perspectivas

4.1 – A crise de legitimidade das instituições democráticas

O final da Segunda-Guerra Mundial é considerado o marco inicial em relação à preocupação violações aos Direitos Humanos dos cidadãos pelo próprio Estado que deveria protegê-los não só pelos horrores produzidos pelos regimes fascistas, mas sobretudo porque o conflito que se instaurou aí foi o último golpe desferido antes que as promessas da modernidade fossem a nocaute.

Isso porque além do progresso científico, cultural e econômico que as nações europeias experimentaram a partir do século XVI criaram a sensação de que a humanidade caminhava a passos largos rumo a um futuro próspero. Além disso, nesse contexto de progresso aparentemente contínuo, foram esses os séculos de paz mais duradouras entre as nações centrais do velho continente.

Esses fatores, que podem ser considerados “psicológicos”, contribuíram e muito para que a depressão decorrente dos dois maiores conflitos armados entre Estados da história em menos de três décadas, principalmente em decorrência de como operaram os regimes totalitários. A contradição entre a paz duradoura e a violência estatal, entretanto, é mais aparente do que qualquer coisa.

La época considerada históricamente la más pacífica y menos violenta ha provocado directamente el desarrollo más grande y terrible de los instrumentos de violencia. Y es una paradoja sólo aparentemente. Con lo que no se contó fue con la combinación específica de violencia y poder, combinación que sólo podía tener lugar en la esfera público-estatal porque sólo en ella los hombres actúan conjuntamente y generan poder; no importa cuán estrictamente se señalen las competencias de este ámbito, cuán exactamente se le tracen límites a través de constituciones y otros controles: por el simple hecho de continuar siendo un ámbito público-político engendra poder. (ARENDT, 2005, p. 96)

É preciso refletir um pouco sobre a posição de que fala ARENDT, porque se bem é certo que todos os regimes totalitários se basearam na figura do estado-nação, o que forneceu as condições materiais para que os países europeus progredissem tanto ao longo da modernidade foram, sem dúvida, as políticas de colonização e sobretudo a exploração dos povos americanos.

ARENDT não avança tão profundamente na análise desse fator em *As Origens do Totalitarismo* certamente porque está mais preocupada com a formação das mentalidades que permitiram a construção da ideologia nazista na Alemanha. Por essa razão, com a sua unificação tardia, esse país se tornou uma potência colonial apenas a partir do século XIX, entretanto, os modelos de dominação e exploração que permitiam a instrumentalização, utilização e descarte de seres humanos já estavam postos desde a colonização da América.

Como visto no primeiro capítulo, a conquista do Novo Mundo inaugura a questão do outro, e coincidentemente inaugura também essa modernidade prometedora, que oferecia riquezas e liberdades sem fim. Não há surpresa, portanto, que a última pá de cal nesse período haja sido justamente a emergência de regimes totalitários, no seio dos quais nascia a absoluta negação desse outro.

Tem-se aí em resumo o grande desafio em relação à construção de um regime verdadeiramente democrático nesse novo período ao qual se pode chamar pós-modernidade.

Lo que nos propone en resumidas cuentas, es invertir nuestro enfoque: en lugar de preguntarnos, a partir de una unidad supuestamente dada, cuánta pluralidad soportamos, la llamada 'posmodernidad' consiste en asumir la heterogeneidad social como un valor e interrogarnos por su articulación como orden colectivo. (LECHNER, 1990, p. 172)

Fundamental analisar os elementos dessa proposta. Em primeiro lugar, se refere a uma unidade supostamente dada, em clara referência ao conceito de nação organizada sobre um Estado; em segundo lugar, está presente a ideia de suportar a pluralidade, como se fosse algo negativo ou, em última instância, algo não-desejável dentro de determinada organização política.

O que LECHNER faz até aqui é reconstruir o pensamento europeu que justifica a fragmentação de vários países em Estados autônomos e movimentos separatistas em toda a Europa. A proposta de mudança no enfoque, entretanto, parece ser tipicamente latino-americana, uma vez que nesse contexto é mais fácil perceber a artificialidade do conceito de nação e a fragilidade de uma noção de homogeneidade.

Essa reflexão é de extrema importância quando se analisa a história das democracias da América Latina³, em especial os casos de Brasil e Argentina. Faz-se legítimo questionar se a história dos sucessivos golpes não decorreu justamente do fato de que até o momento se buscava responder à primeira pergunta em vez de aceitar a pluralidade como um valor social a ser defendido.

Sobre os sucessivos golpes, HUNTINGTON chegará a afirmar que Argentina e Brasil adotaram um modelo político cíclico, que ele mesmo define assim:

Tais países tenderam a oscilar entre governos democráticos mais populistas e regimes militares mais conservadores. Sob um regime democrático, o radicalismo, a corrupção e a desordem alcançam níveis inaceitáveis e os militares derrubam-no, com considerável alívio e aclamação da população. No entanto, no devido momento, a coalizão que sustenta o regime militar se desfaz, este deixa de tratar efetivamente dos problemas econômicos do país, os oficiais com inclinação profissional ficam alarmados com a politização das forças armadas e, mais uma vez para grande alívio e aclamação da população, os militares se retiram ou são expulsos do governo. (HUNTINGTON, 1994, p. 50)

A homogeneidade entre os diferentes períodos de governos autoritários é defendida por NINO a partir de quatro elementos que ele identifica como presentes em todos esses momentos. Segundo o autor, durante esses regimes “emergieron cuatro características recurrentes (dualismo ideológico, corporativismo, anomia y concentración del poder) que ayudan a explicar las violaciones masivas de derechos humanos” (NINO, 2006, p. 94).

E de fato, como foi demonstrado anteriormente, os regimes autoritários no Brasil sempre emergiram em momentos em que a democracia vivia grande comoção e agitação social. Nesse sentido, o direito à memória nos termos propostos anteriormente, ou seja, à memória do outro, com preferência para as vítimas contribuiria para romper com esse padrão cíclico por basicamente duas razões.

A primeira razão é descrita por KOSELLECK, e diz respeito ao conhecimento da história e a percepção não só de **como** um fenômeno passou, mas principalmente de como **foi possível** que o fenômeno se desencadeasse.

Para conocer el aspecto único de los acontecimientos es necesario dar un paso más y volverse a preguntar por qué sucedió así y no de otra manera.

³ Isso porque, conforme Dany-Robert Dufour (2005, p. 62), a pós-modernidade derrubou as grandes narrativas, entre as quais estava a ideia do Estado-Nação como o “grande outro” responsável por orientar a ação humana. Se tal fissura ocorreu no âmbito europeu, em que cada Estado-Nação possuía uma história compartilhada há séculos, mais evidente pode-se perceber essa crise no contexto dos novos Estados latino-americanos.

Esto conduce – dicho de manera moderna – a formular la hipótesis que consiste en preguntarse no sólo cómo ocurrió propiamente, sino cómo fue posible. Detrás de cada pregunta ‘cómo sucedió?’ se esconde la pregunta acerca de cómo pudo suceder. (KOSELLECK, 2001, p. 59)

Mas há outra razão mais profunda pela qual a efetivação do direito à memória, nos termos aqui propostos romperia com o padrão cíclico. É que ao adotar um direito à memória com o enfoque no outro, com preferência para as vítimas, já não se trata aqui de uma questão de mera preferência de um sistema por outro, mas sim de que a valorização da pessoa daquele outro deve conduzir ao respeito pelo seu direito de ser diferente, expressar seus anseios e projetos e participar ativamente do jogo político na defesa de seus direitos.

Assim, com ARENDT e NINO tem-se as condições para a instauração de regimes totalitários; com KOSELLECK, tem-se os quadros culturais que possibilitaram a credibilidade das narrativas que os fundamentavam, através da figura do inimigo objetivo, por exemplo; em HUNTINGTON, se encontra a descrição de como todos esses elementos se acomodaram para criar o padrão cíclico no sistema de governo brasileiro; e LECHNER abre a hipótese de que com uma mudança de perspectiva talvez seja possível superar os problemas que a transição democrática brasileira ainda não foi capaz de enfrentar.

Muitos desses problemas ficaram mais evidentes a partir das grandes manifestações ocorridas em junho de 2013, quando milhões de cidadãos saíram às ruas exigindo uma melhor atuação de seus representantes. Nessas mobilizações estiveram envolvidos igualmente membros de organizações sociais quanto sujeitos que até então não se envolviam diretamente com a política. À essa grande pluralidade de pautas e bandeiras as autoridades atuaram novamente através da única forma aprendida até então, a saber, por meio da repressão violenta.

O'DONNELL, ao comparar as formas de sociabilidade política na Argentina e no Brasil, chegará a conclusão de que no Brasil a repressão estatal durante o regime militar era proto-política. Com isso o autor argentino se refere ao fato de que a violência era “notablemente independiente de las opiniones y afiliaciones políticas que pueda tener – o, más frecuentemente no tener – la víctima.” (O'DONNELL, 1984, p. 26).

Em outras palavras, o que percebe o autor é que em geral o brasileiro se abstém de expressar suas opiniões e afiliações políticas na esfera pública, exatamente ao contrário do que observa na sociedade Argentina. E isso ajuda a

explicar o choque e a falta de capacidade de resposta da classe política ao deparar-se com as multidões que se mobilizaram no período da realização da Copa das Confederações.

Entretanto, esse isolamento da política pode muito bem ser explicado por duas décadas de ditadura militar. A hipótese de que regimes totalitários que se baseiam no terror podem levar à despolitização é de GOTI, que a expressa assim

El terror no es simplemente miedo. El terror afecta nuestras percepciones y fragmenta la realidad al impedir la comunicación entre individuos y grupos. Cuando bajo el terrorismo de Estado los individuos deshacen sus vínculos sociales 'peligrosos', se vuelve patente su aislamiento. Juan Corradi describe las conductas adaptativas bajo el poder militar en la Argentina: la gente abandonó primero su actividad política y luego sus mismas creencias políticas; la gente redujo su disposición a asociarse, negando también la realidad de la violencia circundante. (GOTI, 2000, p. 103)

Portanto, a despolitização, ou seja, a ausência de identificação política entre os cidadãos que participaram das mobilizações de 2013 é muito provavelmente herança do período militar, em que a mera filiação partidária era um dos elementos de identificação do inimigo objetivo da nação, ou melhor, dos subversivos.

Essa despolitização é fruto direto da repressão instituída a partir do AI-5 em 1968. A partir de então se erige a base jurídica para a perseguição dos opositores ao regime.

Com sua publicação, a ação repressiva não se deteve ante nenhuma das instituições democráticas, atingindo a qualquer indivíduo considerado 'inimigo da nação' (...) A execução dos militantes políticos também passou a ser prática corriqueira efetivada pelos agentes públicos que compunham o aparato de repressão. (KRSTICEVIC, 2011, p. 349)

Os efeitos da perseguição não se restringem meramente à despolitização da população em geral num sentido de perda de interesse pela política. Essa cultura se embrenhou de forma bem mais profunda na sociedade brasileira, chegando ao extremo de criminalizar os movimentos sociais, mesmo sob o regime democrático, essa “cultura política repressiva – que se formatou plenamente durante a ditadura militar – e que se manifesta nos dias de hoje na criminalização dos pobres e dos movimentos sociais que teimam em não aceitar tal cultura.” (SOUSA, 2011, p. 202)

Mas a despolitização não é o único legado deixado pelo regime militar. Ao lado dessa alienação em relação à política, as manifestações escancararam a violência policial como outra característica do regime democrático brasileiro.

Yo sostengo, sin embargo, que la 'nueva' violencia es en realidad una continuación de las creencias y prácticas adquiridas durante la etapa del terrorismo de Estado de los 70. Sostengo también que la pequeña minoría que se opuso a la brutalidad del período entre 1976 y 1983 no parece haber crecido hoy. (GOTI, 2000, p. 142)

Portanto, o que se defende é que o abuso da violência policial atual é uma continuidade dos costumes do período militar, não só pela transmissão das práticas, mas também porque, como não houve nenhum tipo de apuração de responsabilidades, segue a crença na impunidade e, em última instância, no cumprimento do dever de obediência, típicas do corporativismo

É bastante comum que, ao deparar-se com notícias de torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos em massa nos vizinhos da América Latina, o brasileiro médio acredite que essa realidade lhe é totalmente distante. Entretanto quando se analisa mas profundamente a prática do aparato repressivo do Estado brasileiro mesmo no período democrático, percebe-se que não há muita diferença, com o agravante de que no caso da Polícia Militar brasileira, há que se dar razão a O'DONNELL, quando afirma que em muitos casos a repressão violenta é independente das preferências políticas das suas vítimas.

Desde a transição para a democracia, não são raros os casos em que, em nome do controle do crime e da violência, as polícias, com destaque para a militar, usam desnecessariamente a força de forma excessiva e arbitrária. Pessoas que praticam crimes ou mesmos suspeitos da prática de crimes são alvos destas ações letais, particularmente os pobres, jovens e afrodescendentes. (KRSTICEVIC, 2011, 354)

Despolitização, criminalização dos movimentos sociais e violenta repressão por parte do aparato estatal conformam o terceiro aspecto das democracias locais, qual seja, a cultura de culpabilização da vítima. É bastante fácil perceber que quando se opera uma lógica binária, como a que se estabelece nos modelos totalitários, em que estão de um lado os interesses da nação e do lado oposto os seus opositores, que passam a ser os inimigos, e se existe uma polícia cuja função é reprimir e eliminar, não os opositores, mas os inimigos, a partir dessa perspectiva lógica TODO o exercício de força policial é legítimo.

El terror de Estado provee una lente a través de la cual se ve todo lo demás. Como quedó definido, el terrorismo de Estado en la Argentina iba de la mano de la noción de que, para la mayor parte de la población, el

sufrimiento es inevitable si el tirano nos escogía como su blanco. No había, debemos agregar, manera de anticipar si, y cuándo, la maquinaria del terror podría transformarnos en blanco de la violencia; si ése era el caso, simplemente no había salida. Esta característica trajo consigo una especial manera de inculpar: la culpa era de la víctima. (GOTI, 2000, p. 150)

Nesse ponto é extremamente importante ressaltar que houve uma estreita relação entre o capital estrangeiro e a instauração e manutenção dos regimes militares. De fato, ALFONSIN (2004, p. 36) chega a comentar que muito embora em nenhum outro período da história recente houvesse tanta insegurança jurídica, de maneira inversamente proporcional nunca houve tanto investimento por parte de organismos internacionais. Isso demonstra que a intensa repressão em momento algum dirigia-se à proteção dos cidadãos, mas sim do capital assim investido.

Quando, na cena pública moderna, a segurança passa a proteger fundamentalmente o capital e não a vida, germina aí uma mecânica desumanizante, que principalmente instrumentaliza a pessoa, enquanto meio de acumulação. Essa instrumentalização lança as bases que, em nossa conjuntura atual, permitem dar falsa racionalidade a teses pelas quais o indivíduo pode ser violado em nome das garantias da ordem.” (ABRÃO & GENRO, 2012, p. 27)

Culpabilidade da vítima, despolitização e violência policial seriam, portanto, três heranças culturais desse período e que devem ser superados para a construção de uma democracia que aceite uma pluralidade. Porém, o regime militar ainda reverbera em torno de uma série de instituições que não foram adequadamente reformadas durante a transição democrática brasileira, nesse sentido

Em termos de reformas institucionais, temos um déficit muito bem localizados em torno de possíveis reformas dos órgãos de segurança, das polícias, das Forças Armadas, e também no campo da Justiça Militar. São os três campos onde não houve nenhum tipo de reforma, embora tenhamos tido ao longo desse tempo aprovações de legislações democratizantes e anulação de legislações autoritárias, que permitiam o ambiente de repressão no passado. (ABRÃO, 2012, p. 116)

Tem-se aí portanto problemas objetivos que estavam presentes no período da ditadura militar e que persistem mesmo após três décadas de democracia. A persistência desses temas como questões a serem trabalhadas demonstram que a transição democrática brasileira não só teve seu encerramento com as primeiras eleições diretas, como ainda tem longos desafios a percorrer.

Isso fica claro quando se tem em conta o reflorescimento dos movimentos sociais após a promulgação da Constituição Federal.

A Arena política pós-1988, com a entrada em vigor da nova constituição democrática, caracterizou-se fortemente pelo surgimento de novos movimentos sociais atuantes em pautas antes não priorizadas ou sufocadas, como a reforma agrária, os direitos de gênero, o direito a não discriminação em função de etnia, os direitos das crianças e dos adolescentes, o movimento ambiental, os direitos dos aposentados e idosos, portadores de necessidades especiais e assim por diante. (ABRÃO, 2012, p. 71)

Segundo ABRÃO (2012, p. 71), essa intensa fragmentação em tão curto espaço de tempo se deu em função do atraso reivindicatório dos movimentos sociais que até o momento estavam comprometidos com o retorno da democracia, “Si la revolución es el eje articulador de la discusión latinoamericana en la década del 60, en los 80 el tema central es la democracia.” (LECHNER, 1990, p. 18).

Nesse sentido é importante recordar do que foi visto no capítulo 1, quando se analisou as mudanças nas preocupações dos movimentos sociais da América Latina ao longo do século XX. Lembre-se que nos anos 60, o tema majoritário era a passagem de um estado de subdesenvolvimento. Nesse sentido a emergência de outras demandas sociais no seio dos países mais importantes da região do Cone Sul da América do Sul representava uma ameaça a esse desenvolvimento.

Em um contexto assim, explica-se em primeiro lugar a suposta “necessidade” da intervenção militar, em segundo lugar se explica o progresso econômico experimentado na região nesse período e, por fim, explica-se porque, de forma “súbita” tantas demandas saíram à luz a partir da promulgação da Constituição.

Com essa retrospectiva fica claro que não se tratou do surgimento de demandas que antes não existiam, e sim de movimentos que foram sufocados por décadas, senão diretamente por meio da repressão, de forma indireta pela ideologia do medo. Ou seja, nesse momento pós-88 de certa forma se suaviza a repressão aos movimentos sociais que passam a expressar-se mais diretamente sobretudo por meio das eleições periódicas. Entretanto, apenas eleições periódicas não são suficientes para garantir um sistema democrático.

A democracia, assim definida, envolve duas dimensões – contestação e participação – que Robert Dahl considerou críticas para a sua democracia realista, ou poliarquia. Implica também a existência daquelas liberdades políticas e civis de expressão, publicação, reunião e organização, necessárias para o debate político e para a realização de campanhas eleitorais. (HUNTINGTON, 1994, p. 17)

Nesse sentido, a transição democrática brasileira não estará concluída antes de que o espaço público seja uma arena de disputa em que todos podem expressar-se livremente na busca por seus direitos e processos, como na ação defendida por ARENDT (2004, p. 241) em *A Condição Humana*.

Os problemas enumerados até aqui dizem respeito diretamente a questões institucionais que dificultam ou impossibilitam o exercício da plena cidadania em um Estado que se pretende democrático. Nas situações propostas, os relatórios das Comissões da Verdade servirão sobretudo para dar a conhecer ao grande público como era realmente o funcionamento do aparato repressivo durante o período militar e fomentar o debate sobre se a sociedade brasileira deseja ou necessita manter essas práticas.

Nesse sentido, os relatórios da Comissão da Verdade serviriam como um meio, e buscariam mais que nada a efetivação do direito à verdade histórica. Por outro lado, há um ponto inacabado da transição democrática brasileira, em que os trabalhos dessas Comissões consistiriam no próprio fim a ser atingido, e diz respeito ao direito à memória.

A mais notória dimensão de não desenvolvimento da justiça transicional brasileira é, sem dúvida, a dimensão da justiça, entendida como restabelecimento substancial do Estado de Direito, com a devida proteção judicial às vítimas e a consecução da obrigação do Estado em investigar e punir crimes, mais notadamente as violações graves aos Direitos Humanos, acompanhada da formulação de uma narrativa oficial dos fatos coerente com os acontecimentos para a desfeita de falsificações ou revisionismos históricos. (ABRÃO & TORELLY, 2011, p. 230)

Como dito anteriormente, o direito à memória que precisa ser construído é o direito à memória do outro, não mais o inimigo, o subversivo, mas agora o outro, a vítima. Trata-se de uma operação linguística complexa, e nesse processo o trabalho das Comissões deve ser extremamente cauteloso, porque se adverte que “Depuración que, como todo proceso de discriminación, implica el doble riesgo de producir nuevos ‘olvidos’ como ‘memorias no deseadas’” (VECCHIOLI, 2001, p. 99).

4.2 – Restauração da memória coletiva e da sociabilidade política

O êxito econômico dos militares ao longo de todo o regime, aliado a um arranjo institucional que lhes permitia controlar o Poder Legislativo, à conivência do Poder Judiciário mesmo após a Constituição de 1988 e à despolitização decorrente de mais de duas décadas de repressão violenta a toda forma de oposição conduziram a uma interpretação da lei de anistia que não só ampliou o seu âmbito de aplicação como a converteu em uma verdadeira lei de esquecimento sobre o período.

Esse esquecimento se baseia na falsa ideia de que a lei de anistia se construiu como um acordo político entre os dois lados, militares e subversivos. O mesmo documento obstaculizou as investigações sobre as violações dos direitos humanos na época e a responsabilização de seus autores. Mas o que pode ter sido uma opção útil num momento em que os militares possuíam ainda muitos recursos para controlar a transição democrática pode, pela via inversa, ter sido uma arma de dois gumes, ao impedir a consolidação do regime democrático, uma vez que

El punto central de cualquier estrategia de transición respecto de los crímenes de una dictadura reside en la búsqueda de la verdad de lo ocurrido. Toda represión ilegal se hace en la clandestinidad, en la oscuridad, en el silencio. (...) Descubrir y reconstruir la verdad es el mejor medio para que se produzca el repudio social a prácticas aberrantes y un camino idóneo para restablecer la dignidad de las víctimas. (ALFONSÍN, 2004, p. 44)

Às Comissões da Verdade lhes foram atribuídos amplos poderes de investigação para que apurassem todo o ocorrido, essa iniciativa, ao partir do poder público, tem uma enorme vantagem em relação aos relatórios produzidos pela Arquidiocese de São Paulo. Trata-se do fato de que a experiência de transições na região do Cone Sul demonstra que, no que diz respeito às Comissões, “su impacto fue más fuerte y de mayor alcance em aquellos casos em que el poder político tomo la iniciativa de su creación, cuestión que además fortalecia, em principio, sus propias bases de legitimación ética al comprometerse a investigar lo ocurrido.” (FUNES, 2001, p. 57)

Dessa forma, o que se reconhece é que as autoridades políticas possuem em certo grau um poder de agenda, e que a sua iniciativa de tratar do assunto cria

as condições para que o tema entre na pauta de discussões dos cidadãos, de forma que as informações assim produzidas tenham mais impacto na cena pública do que quando os relatos são produzidos por grupos da sociedade civil ou organismos internacionais de defesa de direitos humanos.

Além disso, ao dar ampla publicidade aos relatórios da Comissão da Verdade, o poder público contribui para a formação política dos seus administrados, além de cumprir com o seu dever de informação, nesse sentido, TODOROV (1992, p. 194) chega a sustentar a inalienabilidade do direito à informação:

el derecho a la información es inalienable, y no hay legitimidad del poder si no se respeta ese derecho. Aquellos que no se ocupan de saber, igual que los que se abstienen de informar, son culpables ante su sociedad, o, dicho en términos positivos, la función de la información es una función social esencial. Ahora bien, si la información es eficaz, la distinción entre 'imponer' y 'proponer' seguirá siendo pertinente

Uma questão importante a ser debatida é que se reconhece que foram praticadas várias atrocidades durante o regime militar, qual seria a legitimidade de uma Comissão da Verdade? Ou seja, se foram cometidos crimes, porque investigá-los por meio de uma Comissão ligada ao Poder Executivo e sem jurisdição em vez de apurar os fatos em um processo judicial.

Se é verdade que no caso brasileiro a resposta é bastante simples, já que até o momento quem impediu a instauração de processos foi o próprio Poder Judiciário, a pergunta ainda assim não carece de transcendência, já que para que essas Comissões atinjam seus fins, é necessário que possuam os mesmos poderes de investigação e produção de prova que um Tribunal ordinário. Porém se é possível encontrar várias semelhanças entre processos criminais e sessões das Comissões da Verdade, Paul RICOEUR aponta algumas distinções importantes entre as duas instâncias.

A primeira diferença entre as informações produzidas no âmbito de uma Comissão da Verdade e uma produzida em um processo judicial é, se se pode dizer, ontológica de cada instituição. Segundo RICOEUR (2007, p. 172) um testemunho quando produzido perante um tribunal visa instruir o processo para que seja prolatada uma sentença, enquanto o mesmo testemunho, produzido perante uma Comissão da Verdade será arquivado, tornando-se uma prova documental.

A segunda diferença que se pode enumerar é uma distinção subjetiva, o integrante de uma Comissão a qual se atribuem faculdades de investigação e produção da prova, mas não possui jurisdição, se investe na posição de historiador; em cambio, quando esse sujeito possui a faculdade de emitir um julgamento com efeitos jurídicos, se investe na posição de juiz.

Contrariamente ao que pode parecer, a faculdade de prolatar uma sentença não é um poder que se atribui ao juiz, mas se aproxima mais da figura de um dever, ele deve se manifestar sobre quem é a vítima e quem é o carrasco, deve concluir sobre o tamanho da responsabilidade e quanto deve ser pago para a restauração da justiça.

“Tudo isso, o historiador não faz, não pode, não quer fazer; se tenta, com o risco de erigir-se sozinho em tribunal da história, é ao preço da confissão da precariedade de um julgamento cuja parcialidade e até mesmo a militância ele reconhece.” diz RICOEUR (2007, p. 335). Essa precariedade do julgamento do historiador leva a uma terceira diferença entre os processos judiciais e as Comissões da Verdade.

Trata-se do fato de que a sentença, por mais que seja passível de ser revisada mediante recursos, sendo regida pelos princípios da segurança jurídica e da coisa julgada, tende a perenidade. O arquivo histórico não possui essa limitação, portanto a apuração dos fatos e coleta de depoimentos no âmbito das Comissões da Verdade poderá continuamente ser relido e reinterpretado a luz dos novos tempos. (RICOEUR, 2007, p. 339)

Por fim, segundo RICOEUR, os processos criminais possuem outra limitação em relação aos relatórios produzidos ao final das atividades das Comissões da Verdade, que diz respeito à possibilidade de atribuição de responsabilidades.

Todas as tensões entre as duas abordagens resultam do fato de que a incriminação jurídica se apoia no princípio da culpabilidade individual: disso resulta a concentração da atenção dos juízes num pequeno número de atores da história, os do topo do Estado, e no raio de ação daqueles que eles podem exercer sobre o curso das coisas. O historiador não pode admitir essa limitação do olhar; ele estenderá sua investigação a um número maior de atores, aos executantes de segundo plano, aos *bystanders*, essas testemunhas mais ou menos passivas constituídas pelas populações mudas e cúmplices. (RICOEUR, 2007, p. 338)

Essa última comparação ganha especial relevância a partir das análises apresentadas nos capítulos anteriores, quer sobre a articulação do golpe militar, que

contou com o apoio das massas, as quais em boa parte aderiram ao discurso da segurança nacional, quer sobre a transição democrática, quando um Poder Judiciário conveniente desperdiçou a oportunidade de punir os torturadores. O que se vê é que há uma responsabilidade compartilhada pela sociedade civil.

É a isso que se refere Hannah ARENDT (2007, p. 77) ao afirmar que adultos não são capazes de obediência, e que isso levaria a que “Por consiguiente, la pregunta dirigida a quienes participaron y obedecieron órdenes nunca debería ser “por qué obedeciste?”, sino “por qué apoyaste?”.” Essa responsabilidade que diz respeito ao apoio a um regime que usou da violação de direitos humanos como uma política de eliminação da oposição não pode ser nem apurada, nem condenada num processo penal, mas sim no âmbito de uma análise histórica.

Com isso, chega-se a uma última distinção importante, que é uma diferença teleológica entre um processo criminal e os relatórios produzidos pela Comissão da Verdade.

Trata-se menos de ‘punir os torturadores’ do que expô-los ao cenário da história pelo fundamento do direito a verdade, tal qual os perdedores, em regimes ditatoriais, forma expostos e, nesse cenário, contrapor os valores que nos guiaram e os valores que erigiram a fundação de regimes repressivos, que somente foram passíveis de serem implementados pela violência armada.” (ABRÃO & GENRO, 2012, p. 55)

Através dessa comparação de modo algum se pretendeu advogar pela ineficácia da atribuição de responsabilidades por meio de processos judiciais, muito pelo contrário, como ficou demonstrado anteriormente a responsabilização é uma tendência no Direito Penal Internacional. O que se buscou foi demonstrar que são instâncias diferentes que, apesar de se assemelharem em muitos aspectos, buscam objetivos distintos.

A justiça de transição, como se espera ter ficado claro até aqui, envolve um complexo conjunto de medidas que podem ser utilizados individual ou combinadamente com o objetivo de promover a consolidação da democracia, nesse sentido se apresentam como a solução possível diante de como transcorreu a transição democrática no Brasil.

As comissões de verdade, sob essa perspectiva, documentam atrocidades passadas, estabelecendo a responsabilidade e condenando as violações dos direitos humanos e, simultaneamente, evitando processos judiciais que possam mobilizar forças antidemocráticas. Sob essa ótica, as anistias

seriam aceitáveis se fossem acompanhadas por processos de apuração da verdade. (OLSEN; PAYNE & REITER, 2011, p. 551)

Não é nenhum absurdo imaginar que os trabalhos das Comissões da Verdade, ao reestabelecer a verdade histórica e criar um espaço democrático para a construção de uma memória coletiva, estabeleçam as condições para que a sociedade civil discuta mais amplamente o regime democrático como se construiu até agora e deste ponto a que ponto se quer chegar.

É nesse sentido que se torna indispensável que os relatórios assim produzidos, além de precisão e imparcialidade (na medida do possível) em relação as informações trazidas quanto as violações dos direitos humanos no sentido de quem as praticou, contra quem, por que, como e aonde, o que por si só valorizam a figura das vítimas da violência de Estado, sejam amplamente divulgados:

O esclarecimento sobre as violações aos direitos humanos ocorridas durante o regime de exceção ou a busca do direito à memória e à verdade unida a um alto potencial de publicização podem significar a formação de um novo horizonte valorativo acerca da importância das medidas transicionais para o fortalecimento do regime democrático, principalmente quanto à implementação de medidas de não repetição. (BAGGIO, 2011, p. 274)

É possível estabelecer um diálogo entre a proposta de LECHNER de assumir a heterogeneidade como um valor e a proposta de BAGGIO da justiça de transição como um processo de reconhecimento. Como visto anteriormente, para essa autora, os regimes autoritários levam a um processo de desintegração social daqueles que são ditos inimigos, e nesse sentido sua cidadania foi negada e o papel das medidas de transição é justamente alterar esse panorama.

A compreensão da justiça de transição como reconhecimento coloca em destaque a importância do restabelecimento dos processos de integração social, na medida em que é por meio desses que as expectativas de reconhecimento se realizam, possibilitando aos sujeitos outrora desrespeitados a (re)construção de uma imagem positiva de si mesmos. (BAGGIO, 2011, p. 258)

Nesse ponto é essencial retomar o conceito de *ação* de Hannah ARENDT, em *A Condição Humana*. Sendo um dos requisitos da *ação* a necessidade do outro (ARENDT, 2004, p. 211), é possível sustentar que os ditos subversivos tiveram a sua subjetividade política negada pelo regime militar, e nesse caso não é demais imaginar que os atos de terrorismo eram um grito desesperado de um indivíduo

dirigido a esse grande outro (o Estado) que lhe nega o mais básico dos direitos numa democracia, que é justamente a participação política.

Mas para que esses atos de protesto contra um regime reconhecidamente ilegítimo sejam interpretados como gritos de desespero não basta que o novo Estado, agora democrático, reconheça agora a sua alteridade, é preciso construir uma narrativa coerente com essa interpretação. E isso remete a segunda característica da ação, a saber, a necessidade de um narrador para atribuir-lhe sentido.

La acción sólo se revela plenamente al narrador, es decir, a la mirada del historiador, que siempre conoce mejor de lo que se trataba que los propios participantes. Todos los relatos contados por los propios actores, aunque pueden en raros casos dar una exposición enteramente digna de confianza sobre intenciones, objetivos y motivos, pasan a ser simple fuente de material en manos del historiador y jamás pueden igualar la historia de éste en significación y veracidad. Lo que el narrador cuenta ha de estar necesariamente oculto para el propio actor, al menos mientras realiza el acto o se halla atrapado en sus consecuencias, ya que para él la significación de su acto no está en la historia que sigue. Aunque las historias son los resultados inevitables de la acción, no es el actor, sino el narrador, quien capta y 'hace' la historia. (ARENDR, 2004, p. 215)

Descrição dos modos de operação das autoridades na repressão aos opositores, construção de uma imagem positiva das vítimas do terrorismo de Estado, ponto de vista do historiador e narratividade, da combinação desses elementos se percebe o horizonte que se abre com a conclusão dos trabalhos das Comissões da Verdade em relação ao Direito à Memória.

Entretanto, RICOEUR (2007, p. 455) alerta para o fato de que a ideia de uma memória total é performativamente impossível. Isso porque uma memória que não omita nenhum fato só poderia ser produzida a partir da repetição da experiência inclusive em relação a todos os seus tempos. Esse se trata de um limite objetivo à narratividade.

A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. Alcançamos, aqui, relação estreita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado histórico. Como notamos então, a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece.(ídem)

A importância da reflexão sobre essa característica inevitável a todo relato produzido diz respeito a evitar que as Comissões da Verdade profiram algo semelhante a uma verdade oficial. Se se pretende que seus relatórios contribuam

efetivamente para a consolidação da democracia é preciso que justamente constituam em um espaço aberto para leituras e releituras, enfim, em um espaço democrático.

Mas além de ressignificar o sentido da ação das vítimas do terrorismo de Estado, os relatórios das Comissões da Verdade se dirigem também a outro fim subjetivo em relação aos agentes que praticaram as violações aos direitos humanos. Lembre-se que ao longo das últimas décadas, em todos os países da região, há muita resistência por parte dos militares em reconhecer os abusos cometidos.

E quando os fatos se tornaram demasiadamente claros como para que pudessem ser negados, ainda assim os militares resistiam em assumir a responsabilidade pelas violações cometidas, sempre com base na teoria da guerra suja. “Nesses termos, a repressão atroz e os crimes produzidos na ditadura foram atos não desejados, mas necessários, repartindo, assim, a culpa pelo regime autoritário entre os dois lados combatentes: a repressão e a resistência.” (ABRÃO & GENRO, 2012, p. 52). Lembre-se que foi com base nessa teoria, e na do acordo político em torno da obtenção da paz social que até hoje o Poder Judiciário interpretou a lei de anistia.

Em relação a esse aspecto da memória social como foi construída até aqui, os relatórios das Comissões da Verdade se dirigiram no sentido de conscientizar os autores das graves violações dos direitos humanos sobre a dimensão de seus atos. Essa conscientização é uma condição fundamental para a imputação de responsabilidades e a resistência dos militares em assumi-la até hoje é uma prova disso.

É para a reflexão que a experiência da falta se propõe como um dado. Ele lhe dá o que pensar. O que se oferece primeiro à reflexão é a designação da estrutura fundamental na qual essa experiência vem a se inscrever. Essa estrutura é a da imputabilidade de nossos atos. De fato, não pode haver perdão a não ser que se possa acusar alguém, presumi-lo ou declará-lo culpado. E apenas podem acusar atos imputáveis a um agente que se considera seu autor verdadeiro. (RICOEUR, 2007, p. 467)

Portanto, o reconhecimento por parte dos militares não só dos seus atos, como do sentido destes e da sua real gravidade é fundamental para que se proceda

ao perdão, que parece ser um ponto chave para o cumprimento de outro objetivo da lei que instituiu a Comissão da Verdade, qual seja, a reconciliação nacional.⁴

Uma reconciliação nacional baseada no perdão partiria da premissa de que existe uma divisão clara entre a pessoa do agente e seus atos. Dessa forma, ainda o autor das mais atrozes violações manteria, pela sua própria condição humana a possibilidade de ser perdoado.

uma distância se encontra assim cavada entre o agente e a ação. A ação é doravante reputada universalmente má e, nessa condição, universalmente deplorável e deplorada. Mas algo do sujeito é isentado, que poderia não ter sido dissipado na adesão da vontade ao mal cometido, uma inocência que, talvez, não tenha sido totalmente abolida e que irromperia quando de certas experiências de felicidade extrema. (RICOEUR, 2007, p. 472)

Essa ideia parece mais compatível com a noção de uma reconciliação nacional realmente comprometida com a consolidação e permanente construção de uma democracia ampla, duradoura, e acima de tudo plural. Isso não só porque qualquer interpretação contrária implicaria necessariamente na adoção da mesma lógica binária utilizada pelos militares nos anos de chumbo, mas agora invertida, mas também porque

Sob o signo do perdão, o culpado seria considerado como capaz de outra coisa além de seus delitos e faltas. Ele seria devolvido à sua capacidade de agir, e a ação, à de continuar. É essa capacidade que seria saudada nos mínimos atos de consideração nos quais reconhecemos o *incognitudo* perdão encenado na cena pública. Finalmente, é dessa capacidade restaurada que a promessa que projeta a ação para o futuro se apoderaria. A fórmula dessa fala libertadora, abandonada à nudez de sua enunciação, seria: tu vales mais que teus atos. (RICOEUR, 2007, p. 501)

Em outras palavras, a operação lógica que os relatórios das Comissões da Verdade permitem realizar é a conversão do subversivo em vítima, conforme

⁴ Aqui se reconhece que existe notável divergência filosófica sobre a possibilidade do perdão, nesse sentido “Se o perdão fosse possível, diz ele [Nicolai Hartmann], ele constituiria um mal moral, pois deixaria a liberdade humana à disposição de Deus e ofenderia o orgulho humano: ‘Não se pode, para ninguém, suprimir o ser-culpado da ação má, porque ele é inseparável do culpado’. Voltamos ao ponto de partida da análise precedente, a saber, ao conceito de imputabilidade, essa aptidão para nos responsabilizarmos por nossas ações, na condição de seu autor verdadeiro. A experiência da falta adere tanto à imputabilidade que ela é seu órgão e seu revelador. Obviamente, concede Hartmann, pode-se mitigar a mordida da falta, seu ferrão, até nas relações entre comunidades, mas não a própria culpabilidade: ‘Existe mesmo, no plano moral, uma vitória sobre o mal [...] mas não um aniquilamento da falta’. Pode-se dar testemunho da compreensão pelo criminoso, não absolve-lo. Por essência, a falta é imperdoável não somente de fato, mas de direito. (RICOEUR, 2007, p. 473) e ainda lembre-se de Hannah ARENDT, quando afirmou que o mal radical, aquele que se torna imperdoável tampouco é passível de castigo (ARENDT, 2004, p. 260).

Ricoeur. Somente através do reconhecimento, na terminologia de Baggio, dessa condição é possível imaginar um perdão que não seja, no melhor dos casos, cínico aos seus violadores. Assim, já não se está falando em um perdão para os dois lados, concedido de baixo para cima, mas sim um perdão dos ofendidos aos seus ofensores, estes conscientes da sua responsabilidade.

5. Conclusão

A justiça de transição se apresenta como um ponto de interconexão entre diversas áreas do saber, onde não só o direito, mas também a história, a sociologia, as ciências políticas, a economia, a antropologia, e a psicologia dialogam em conjunto para buscar soluções para os problemas advindos da redemocratização de um Estado.

Essa interdisciplinaridade, demonstrada pelo interesse no tema por autores de tão diferentes ciências, é um indício da complexidade do tema que envolve qualquer análise acerca da justiça de transição. O que era mero indício se transforma em fato empírico a partir do momento em que se estuda como a justiça de transição foi aplicada em cada contexto histórico e geográfico.

A primeira conclusão que se extrai disso foi bem sintetizada por Raul Alfonsín, ao afirmar que cada Estado deve encontrar a sua forma de lidar com o seu passado autoritário. Isso equivale a dizer que não há respostas prontas quando se fala de justiça transicional.

Sobre o tema, uma segunda conclusão interessante, que se apresenta também como uma provocação é que, se por um lado não há uma forma concluída e acabada de resolver os problemas decorrentes da transição de uma ditadura para uma democracia, a pluralidade de experiências de justiça de transição revela uma gama de soluções que poderiam ser aplicadas em contextos de conflitos internos, na busca de reconciliação entre grupos antagônicos.

Se por um lado é verdade que cada país apresenta uma história e uma cultura *sui generis*, por outra não se pode considerar a ditadura brasileira como um parafuso girando no vazio. A compreensão do fenômeno do regime militar brasileiro deve levar em conta tanto no seu contexto interno, de uma sociedade civil que apresentava demandas cada vez mais amplas, para além da mera superação do estado de subdesenvolvimento, quanto no seu contexto externo, decorrente do conflito deflagrado após o término da Segunda Guerra Mundial, entre o ocidente capitalista e o oriente socialista.

É preciso ter isso em conta para compreender a mentalidade que permeava os militares que promoveram e conduziram o golpe de 64, esse é um passo indispensável para o pleno exercício do direito a verdade, conforme os parâmetros

exarados em reiteradas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ou seja, o esclarecimento dos fatos objetivos e subjetivos que permearam as graves violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado, mas também as condições em que tais violações puderam ocorrer. Ou seja, quais elementos estavam em jogo para que essa prática pudesse ser normatizada e institucionalizada.

Enquanto o direito à verdade se consubstancia na elucidação dos crimes cometidos contra os direitos humanos e acobertados pelo Estado, o direito à memória se revela muito mais complexo. Não se trata exclusivamente da verdade dos fatos, mas sim da interpretação desses fatos. Nesse contexto, a memória consiste num espaço em disputa, no qual os diversos atores envolvidos selecionam os fatos relevantes para construir uma narrativa capaz de dar um sentido aos fatos.

No segundo capítulo fez-se uma análise de como ocorreu a transição da ditadura para a democracia no Brasil. Nesse sentido, a primeira preocupação foi em demonstrar que, quando começa o movimento de distensão do regime militar, havia uma pluralidade de atores lutando por diferentes projetos de anistia. Com isso, pretendeu-se evidenciar que a própria aprovação da lei de anistia esteve inserida no contexto de disputa pela memória.

O caráter conflitivo, ou dialógico, do espaço em que se constrói a memória social, e o caráter impositivo do esquecimento buscado pela lei de anistia fica ainda mais claro a partir do momento em que se percebe como o Poder Judiciário foi progressivamente ampliando o escopo de aplicação da lei. Disso conclui-se que mesmo o esquecimento se caracteriza como o resultado de uma luta no espaço da memória.

O último elemento que permite concluir claramente que o direito à memória se refere a um espaço em disputa se explicita a partir da luta das famílias das vítimas pela elucidação das condições de óbito ou desaparecimento de seus entes queridos. A condenação do Brasil no caso da Guerrilha do Araguaia trouxe essa discussão novamente ao espaço público, servindo de fundamento para duas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental, que pendem de julgamento final.

Além da repercussão judicial que esse caso ainda pode apresentar, uma importante observação acerca das fontes utilizadas nesse trabalho. Enquanto nos primeiro e terceiro capítulos foi utilizada bibliografia que se pode dizer consolidada,

livros inteiros de autores já consagrados sobre regimes totalitários, justiça transicional, direitos humanos e direito à memória, o segundo capítulo faz muito mais referências a artigos publicados nos últimos dez anos sobre a situação da justiça de transição no Brasil.

A conclusão inevitável de toda essa trajetória é que não só há uma demanda social forte pela revelação dos fatos e condições que conduziram a instauração da mais longa das ditaduras militares da América do Sul e dos crimes cometidos por esse regime, mas também uma forte disputa pela construção de sentidos sobre esse episódio.

É sobre a construção desses sentidos que se concentrou o último capítulo desse trabalho. Na sua primeira parte buscou-se identificar elementos estruturais que permaneceram na sociedade brasileira como uma herança do totalitarismo do período anterior. Essas estruturas inevitavelmente se tornam eles mesmos significantes através dos quais se interpreta a sociedade brasileira e, novamente, o que se percebe é que há uma disputa sobre quês significados devem ser atribuídos a esses significantes.

Na última parte do último capítulo discutiu-se efetivamente o papel das Comissões da Verdade nesse espaço constituído pelo direito à memória. A luta pelo reconhecimento só será legítima enquanto democrática, e só deixará de ser autoritária a partir do momento em que as informações completas sobre esses episódios forem apuradas e trazidas a público.

É apenas a partir desse debate que agora se afigura como legítimo que se poderá construir um sentido, seja para os atos cometidos pelos militares com a conivência de uma parcela significativa da população, seja para os atos seus opositores, seja para a democracia que se construiu a partir de então e para a democracia que se pretende para o Estado brasileiro.

Seria evidentemente contraditório com todos os objetivos propostos nesse trabalho desde a sua concepção até a sua realização apontar conclusões definitivas. O que se pretendeu desde o princípio, e espera-se ter sido logrado, foi a identificação de um conteúdo para o direito à memória, que é dado justamente pela disputa de diferentes concepções dentro de um jogo democrático que pressupõe informações completas. Nesse sentido, apresenta-se o direito a memória como complementar ao direito à verdade.

6. Bibliografia

ABRÃO, Paulo. Direito à verdade e à justiça na transição política brasileira. *In*: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Os direitos da transição e a democracia no Brasil: Estudos sobre justiça de transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, Paulo. Fazer justiça no Brasil: a terceira fase da luta pela anistia. *In*: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Os direitos da transição e a democracia no Brasil: Estudos sobre justiça de transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. O direito à memória e a democracia sem fim. *In*: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Os direitos da transição e a democracia no Brasil: Estudos sobre justiça de transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Os direitos da transição no Brasil. *In*: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Os direitos da transição e a democracia no Brasil: Estudos sobre justiça de transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Por uma nova síntese em torno dos direitos humanos e a retomada do protagonismo da política. *In*: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Os direitos da transição e a democracia no Brasil: Estudos sobre justiça de transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, Paulo & TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da lei de anistia e as alternativas para a verdade e a justiça *in* A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

AGUILAR, Paloma. A Lei Espanhola de Anistia em 1977 em Perspectiva Comparada: de uma lei pela democracia a uma lei pela impunidade *in* A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

ALFONSÍN, Raúl: *Memoria política. Transición a la democracia y derechos humanos*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004

- ARENDT, Hannah, La condición humana. Editora Paidós, Buenos Aires, 2004.
- ARENDT, Hannah. Los Orígenes del Totalitarismo. Taurus Ediciones, Madrid, 1974.
- ARENDT, Hannah. ¿Qué es la política? Paidós, Buenos Aires, 2005.
- ARENDT, Hannah. Responsabilidad y Juicio. Paidós Iberica, Barcelona, 2007.
- BAGGIO, Roberta Camineiro. Anistia e Reconhecimento: o processo de (des)integração social da transição política brasileira *in* A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.
- BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. CNV, Brasília, 2014.
- CIDH, *Informe Anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 1985-1986*, OEA/Ser.L/V/II.68, Doc. 8 rev. 1, 26 septiembre 1986, Capítulo V. apud CIDH, Derecho a la verdad en América, OEA/Ser.L/V/II.152, Doc 2, 2014.
- DUFOUR, Dany-Robert. A arte de reduzir as cabeças: Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- ELSTER, Jon. *Rendición de cuentas. La justicia transicional en perspectiva histórica*. Katz, Buenos Aires, 2006.
- ENGSTROM, Par. A Anistia e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. *In*: ABRÃO, Paulo; PAYNE, Leigh; TORELLY, Marcelo D. (orgs.) A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada. Brasília, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford, Oxford University, Latin American Centre, 2011.
- FRIED, Gabriela. Memórias que insistem: La intersubjetividad de La memoria y los hijos de detenidos desaparecidos por La dictadura militar argentina *in* La Imposibilidad del Olvido. La Plata, Ediciones Al Margen, 2001.
- FUNES, Patrícia. Nunca Más. Memórias de las Dictaduras en América Latina *in* La imposibilidad Del olvido. La Plata, Ediciones Al Margen, 2001.
- GENRO, Tarso. Teoria da democracia e justiça de transição. *In*: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Os direitos da transição e a democracia no Brasil: Estudos sobre justiça de transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- GOTI, Jaime Malamud. Terror y Justicia en la Argentina. Ediciones de la Flor, Buenos Aires, 2000.

GROPPO, Bruno. Traumatismos de la memoria e Imposibilidad de Olvido em los Países del Cono Sur *in* La Imposibilidad del Olvido. La Plata, Ediciones Al Margen, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. A terceira onda: A democratização do final do século XX, São Paulo: Editora Ática, 1994.

JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. *In* Estudios Sociales. Revista Universitaria Semestral, Año XIV, nº 27, Santa Fe, Argentina. Universidad del Litoral, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado Para una semántica de los tiempos históricos, Ediciones Paidós Ibérica, Barcelona, 1993

KOSELLECK, Reinhart. Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia, Ediciones Paidós Ibérica, Barcelona, 2001

KRSTICEVIC, Viviana; AFFONSO, Beatriz. A dívida histórica e o Caso Guerrilha do Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos impulsionando o direito à verdade e à justiça no Brasil *in* A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

LECHNER, Norbert. Los patios interiores de la democracia, subjetividad y política. Fondo de Cultura Economica, Santiago de Chile, 1990

MALLINDER, Louise. Perspectivas transnacionais sobre anistias *in* A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

NINO, Carlos. Juicio al mal absoluto. Ariel, Buenos Aires, 2006

O'DONNELL, Guillermo. Y a mi, que me importa? Notas sobre sociabilidad política en Argentina y Brasil. CEDES, Buenos Aires, 1984.

OLSEN, Tricia D.; PAYNE, Leigh A.; REITER, Andrew G. As implicações políticas dos processos de anistia *in* A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

PENSKY, Max. O *status* das anistias internas no Direito Penal Internacional *in* A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em Perspectiva Internacional e

Comparada. Brasília, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford, Oxford University, Latin American Centre, 2011.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Memória e reconciliação nacional: o impasse da anistia na inacabada transição democrática brasileira *in* A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

SONDERÉGUER, María. Promesas de La memoria: justicia y justicia instaurativa en La Argentina de hoy *in* La Imposibilidad del Olvido. La Plata, Ediciones Al Margen, 2001.

SOUSA, Jessie Vieira de. Anistia no Brasil: um processo político em disputa *in* A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão

TODOROV, Tzvetan. La conquista de América: El problema del otro. Siglo XXI, México – DF, 1992.

VECCHIOLI, Virginia. Políticas de La Memoria y Formas de Clasificación Social. Quiénes son las “Víctimas Del Terrorismo de Estado” en La Argentina *in* La Imposibilidad del Olvido. La Plata, Ediciones Al Margen, 2001.